



DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 4T | 2024

19.março.2025

 **MaterDei**
Rede de Saúde

45
ANOS

com você,
por toda a vida.

Belo Horizonte, 19 de março de 2025

A Rede Mater Dei de Saúde (“Mater Dei” ou “Companhia”) (B3: MATD3) anuncia seus resultados do quarto trimestre de 2024 (4T24). Os valores relacionados aos trimestres não estão considerando os números do Hospital Porto Dias para garantir uma melhor comparabilidade, enquanto os números anuais não necessitavam de tal ajuste. Os valores são apresentados de forma consolidada em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma. As comparações são referentes ao quarto trimestre de 2023 (comparações YoY) e ao terceiro trimestre de 2024 (comparações QoQ). As informações trimestrais estão de acordo com as regras contábeis brasileiras e internacionais (IFRS) e foram revisadas por auditores independentes.

Valores Consolidados

Anual			
Indicadores financeiros em R\$ milhões	2024	2023	Δ
Leitos Operacionais (média do período)	1.463	1.562	(6,3%)
Pacientes-dia (total do período)	401.636	404.271	(0,7%)
Taxa da Ocupação (média do período)	75,0%	70,9%	4,1pp
Taxa da Ocupação paciente day (média do período)	79,1%	74,8%	4,3pp
Ticket Médio (R\$ Mm/Leito)	2,29	2,24	2,2%
Receita Líquida	2.226,0	2.187,7	1,8%
Lucro Bruto	670,6	711,8	(5,8%)
EBITDA ¹	527,5	525,6	0,4%
Margem EBITDA ¹	23,7%	24,0%	(0,3pp)
Caixa e Equivalentes de Caixa	675,3	319,1	111,6%
Dívida Líquida	771,5	924,9	(16,6%)
Dívida Líquida/EBITDA LTM	1,5x	1,8x	(0,3)

1. Resultado operacional desconsiderando os efeitos contábeis da venda da CSN no valor de R\$ 754 milhões.

Destaques

Operacionais e Financeiros

RMBH:

- ✓ Crescimento de 7% da Receita Líquida e 5 pp na taxa de ocupação a/a.
- ✓ Reajustes conforme inflação.
- ✓ Readequação do tamanho da Companhia com a redução de R\$ 1,5 mi /mês na linha de pessoas.
- ✓ Nova Lima atingiu o breakeven operacional.

Salvador:

- ✓ Receita Líquida 4T24 vs 1T24: +14%.
- ✓ Nova forma de relacionamento com o corpo-clínico com a chegada de novas especialidades.
- ✓ Aumento do mercado endereçável com novos credenciamentos e complementação de planos.

Adquiridas:

- ✓ Reajustes estruturantes
- ✓ Troca de liderança em Goiânia.



Acordo Operacional com Unimed Uberlândia

A Rede Mater Dei celebra um acordo inédito no cenário nacional com a Unimed Uberlândia, operadora já parceira de longa data das Unidades Santa Clara e Santa Genoveva para a criação de linhas de cuidado. Este acordo operacional foi feito sem investimentos e pode ser replicado em outras regiões.

O novo acordo prevê o uso preferencial das duas unidades da Rede Mater Dei pelos beneficiários da Unimed Uberlândia com medidas de direcionamento por linhas de cuidado. As linhas de cuidado por sua vez entregarão uma melhora nos indicadores de eficiência gerando uma bonificação para a Companhia com melhores resultados operacionais e assistenciais para a operadora.

Cirurgia Robótica Hospital Santa Clara

A Unidade Mater Dei Santa Clara passará a contar com disponibilidade de cirurgia médica robótica para os pacientes, serviço solicitado pelos médicos para suprir a carência deste serviço na macrorregião do Triângulo Mineiro. A unidade é referência em urologia e outras especialidades cirúrgicas e conta com suporte de terapia intensiva e cuidado anestésico para garantir a segurança assistencial deste serviço.



Recertificação GPTW

A Rede Mater Dei de Saúde foi certificada por mais um ano com o Great Place to Work ("GPTW"), destacando entre as melhores empresas do Brasil para se trabalhar. Também foi reconhecida, pela primeira vez, pela Great People Mental Health, que certifica empresas que priorizam o bem-estar e a saúde emocional de seus colaboradores. Tais reconhecimentos andam em linha com o nosso valor de Gente que Faz a Diferença.



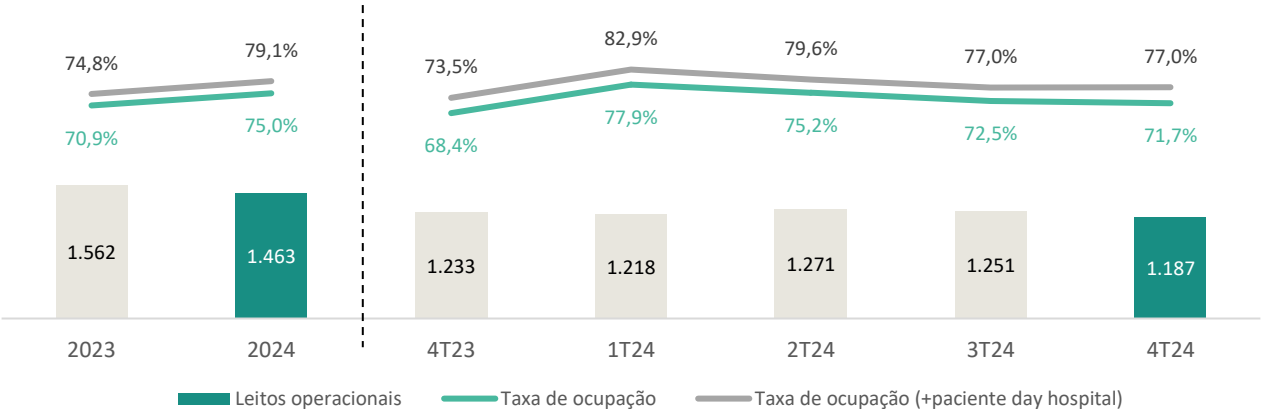
Receitas

Volume

A receita bruta é composta, principalmente, pelos serviços de saúde prestados, como internações, cirurgias, oncologia, consultas médicas, exames, entre outros, seja por meio de operadoras de saúde, autogestões, autarquias ou de pacientes particulares (*out-of-pocket*).

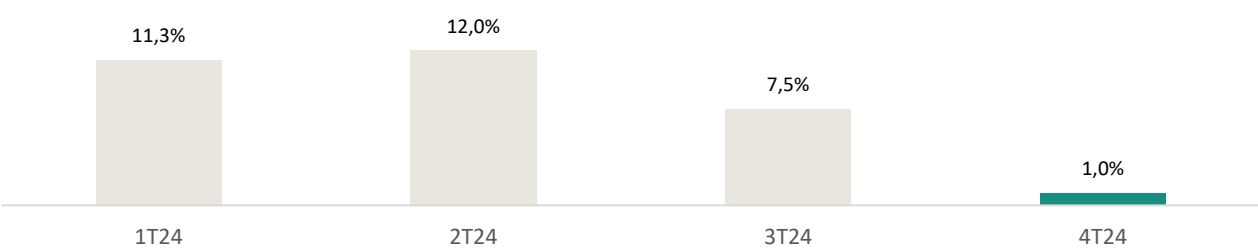
O quarto trimestre de 2024 apresentou média de 1.187 leitos operacionais, queda de 46 leitos contra o 4T23 e 64 leitos contra o 3T24, com uma taxa de ocupação de 77,0%. Essa taxa está em linha com o 3T24 e 3,5 pp acima do mesmo trimestre do ano anterior, enquanto na comparação anual está 4,3 pp acima do ano anterior. A queda no número de leitos no 4T24 em relação ao trimestre anterior é explicada pela sazonalidade histórica esperada para o quarto trimestre, causada, principalmente, pelas festas e recesso no final do ano.

Evolução da média de leitos operacionais e taxa de ocupação¹



No quarto trimestre, o volume de pacientes-dia internados no consolidado da Rede Mater Dei aumentou 1,0% em relação ao 4T23, mesmo com a redução de 46 leitos na média, em linha com a estratégia da Companhia de operar com taxa de ocupação mais alta.

Variação do número de paciente-dia vs. 4T23¹



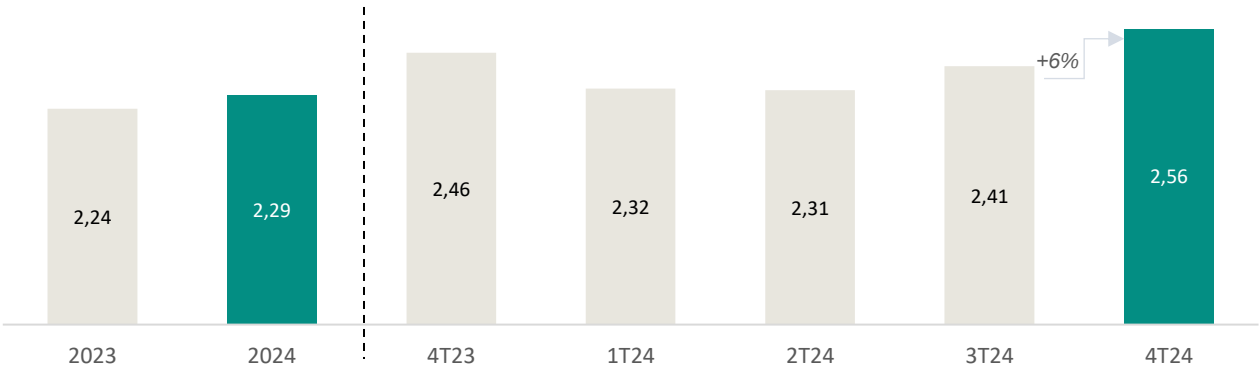
1. Valores trimestrais não consideram os números do Hospital Porto Dias

Receitas

Ticket e Valores Consolidados

O ticket médio consolidado no quarto trimestre aumentou 4,1% e 6,3% contra o 4T23 e 3T24, respectivamente, atingindo R\$ 2,56 milhões por leito utilizado. O crescimento neste trimestre é explicado pelo reajustes das tabelas praticadas com algumas fontes pagadoras e mix de hospitais. A composição do ticket é explicada por: (i) mix de hospitais na consolidação dos leitos, (ii) mix de serviços e procedimentos; (iii) portfólio de credenciamentos e (iv) reajustes das tabelas praticadas com as fontes pagadoras.

Ticket médio (R\$ Mm / Leito)¹



1. Valores trimestrais não consideram os números do Hospital Porto Dias

Em 2024, mesmo contando com o resultado de Porto Dias em apenas 9 meses do ano, a receita bruta somou R\$ 2.517 milhões, crescimento de 1,4% em relação ao ano de 2023. No 4T24, a receita bruta atingiu R\$ 547 milhões, crescimento de 4,8% em relação ao 4T23 e estabilidade em relação ao 3T24. A receita bruta é deduzida, principalmente, por: (i) provisão de glosas; (ii) tributos federais e municipais incidentes sobre a receita e (iii) faturamentos cancelados.

No ano, a receita líquida totalizou R\$ 2.226 milhões, aumento de 1,8% contra 2023. No quarto trimestre de 2024, a receita líquida somou R\$ 487 milhões, um aumento de 6,0% vs. 4T23 e estabilidade ante o 3T24.

R\$ milhões	Consolidado			Excluindo resultado do Hospital Porto Dias				
	2024	2023	Δ 2024	4T24	4T23	Δ 4T24	3T24	Δ 4T24
Convênios	2.325,8	2.314,0	0,5%	503,8	487,7	3,3%	503,9	-
Particulares	157,3	139,4	12,8%	35,7	29,3	21,5%	35,8	(0,3%)
Outras receitas	33,9	29,4	15,4%	8,0	5,5	46,2%	8,7	(8,2%)
Receita Bruta	2.517,0	2.482,9	1,4%	547,5	522,6	4,8%	548,4	(0,2%)
Glosas	(126,2)	(133,9)	(5,8%)	(23,7)	(29,3)	-19,1%	(23,7)	-
Impostos e deduções	(164,8)	(161,3)	2,2%	(36,8)	(33,9)	8,6%	(36,2)	1,6%
Receita Líquida	2.226,0	2.187,7	1,8%	487,0	459,4	6,0%	488,5	(0,3%)

Custos

Custos dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados são formados, principalmente, por materiais e medicamentos, pessoal, prestação de serviços médicos, depreciação e amortização e manutenção e conservação.

Em 2024, o custo representou 69,9% da receita líquida, um aumento de 2,4pp na comparação com 2023. No 4T24, os custos dos serviços prestados totalizaram R\$ 358 milhões, passando a representar 73,5% da receita líquida, um aumento de 3,4pp na comparação com o 4T23. Em ambas as comparações, a linha de pessoal foi a grande ofensora, explicada, principalmente, pelos efeitos do piso da enfermagem e seus desdobramentos. Na comparação do 4T24 com o 3T24, houve crescimento de +2,2pp com o maior desvio explicado pela entrada da unidade de Nova Lima na linha da depreciação e amortização.

Nesse sentido, a margem bruta atingiu 26,5%, com um Lucro Bruto de R\$ 129 milhões no 4T24, representando uma queda de 3,4pp contra o 4T23 e 2,2pp na comparação com o 3T24.

R\$ milhões	Consolidado			Excluindo resultado do Hospital Porto Dias				
	2024	2023	Δ 2024	4T24	4T23	Δ 4T24	3T24	Δ 4T24
Materiais e medicamentos	(547,2)	(528,5)	3,5%	(129,7)	(123,1)	5,4%	(128,2)	1,2%
% da receita líquida	24,6%	24,2%	0,4pp	26,6%	26,8%	(0,2pp)	26,2%	0,4pp
Pessoal	(448,7)	(409,4)	9,6%	(100,3)	(87,0)	15,3%	(103,9)	(3,4%)
% da receita líquida	20,2%	18,7%	1,5pp	20,6%	18,9%	1,7pp	21,3%	(0,7pp)
Prestação de serviços médicos	(258,1)	(252,3)	2,3%	(54,4)	(47,8)	13,9%	(55,1)	(1,3%)
% da receita líquida	11,6%	11,5%	0,1pp	11,2%	10,4%	0,8pp	11,3%	(0,1pp)
Manutenção e conservação	(99,5)	(87,7)	13,4%	(22,5)	(19,5)	15,2%	(20,2)	11,0%
% da receita líquida	4,5%	4,0%	0,5pp	4,6%	4,2%	0,4pp	4,1%	0,5pp
Depreciação e amortização	(88,7)	(82,4)	7,6%	(23,6)	(17,1)	37,5%	(18,7)	26,0%
% da receita líquida	4,0%	3,8%	0,2pp	4,8%	3,7%	1,1pp	3,8%	1,0pp
Outros custos	(113,3)	(115,5)	(1,9%)	(27,5)	(27,7)	(0,8%)	(22,2)	23,7%
% da receita líquida	5,1%	5,3%	(0,2pp)	5,6%	6,0%	(0,4pp)	4,5%	1,1pp
Custo dos serviços prestados	(1.555,4)	(1.475,8)	5,4%	(358,0)	(322,2)	11,1%	(348,4)	2,8%
% da receita líquida	69,9%	67,5%	2,4pp	73,5%	70,1%	3,4pp	71,3%	2,2pp
Lucro Bruto	670,6	711,8	(5,8%)	129,0	137,2	(6,0%)	140,1	(7,9%)
% margem Bruta	30,1%	32,5%	(2,4pp)	26,5%	29,9%	(3,4pp)	28,7%	(2,2pp)

Despesas

Gerais, Administrativas e Outras

As despesas gerais e administrativas são compostas, principalmente, por gastos com pessoal, depreciação e amortização e demais despesas inerentes às atividades de backoffice e integração.

Em 2024, as despesas operacionais líquidas ajustadas representou 14,7% da receita líquida, um aumento de 1,5pp na comparação com o mesmo período do ano anterior, impactado por variação da provisão de contingências e provisões para crédito de liquidação duvidosa (ciclo da receita).

No 4T24, as despesas gerais e administrativas atingiram 14,2% da receita líquida do período, ficando acima em 0,3pp na comparação com o mesmo período do ano anterior e abaixo em 0,6pp com o 3T24. Em relação as despesas operacionais líquidas, que incluem principalmente, provisões/reversões para demandas judiciais, provisões para crédito de liquidação duvidosa e equivalência patrimonial, houve um aumento principalmente contra o 3T24, explicada por uma reversão em contingências previdenciárias no valor de R\$ 74 milhões que impactou o trimestre anterior, sem o mesmo efeito no atual. Ajustando essa linha e o resultado líquido da alienação de ativos no trimestre anterior, houve um aumento de 0,2pp contra o 3T24. Na comparação com o 4T23, o aumento foi de 1,4pp, ocasionada pelo aumento na linha de serviços de terceiros no 4T24, reflexo de maiores investimentos com consultorias estratégicas.

R\$ milhões	Consolidado			Excluindo resultado do Hospital Porto Dias				
	2024	2023	Δ 2024	4T24	4T23	Δ 4T24	3T24	Δ 4T24
Pessoal	(190,6)	(189,6)	0,5%	(43,3)	(44,6)	(3,0%)	(46,1)	(6,0%)
% da receita líquida	8,6%	8,7%	(0,1pp)	8,9%	9,7%	(0,8pp)	9,4%	(0,5pp)
Depreciação e amortização	(20,3)	(19,6)	3,9%	(3,3)	(4,6)	(27,9%)	(5,2)	(36,2%)
% da receita líquida	0,9%	0,9%	-	0,7%	1,0%	(0,3pp)	1,1%	(0,4pp)
Serviços de terceiros	(61,8)	(60,6)	2,1%	(17,4)	(12,6)	37,7%	(13,7)	27,1%
% da receita líquida	2,8%	2,8%	-	3,6%	2,7%	0,9pp	2,8%	0,8pp
Outras despesas	(25,9)	(26,5)	(2,3%)	(5,1)	(4,9)	4,5%	(7,4)	(30,6%)
% da receita líquida	1,2%	1,2%	-	1,1%	1,1%	-	1,5%	(0,4pp)
Despesas gerais e adm.	(298,7)	(296,3)	0,8%	(69,2)	(66,8)	3,5%	(72,4)	(4,4%)
% da receita líquida	13,4%	13,5%	(0,1pp)	14,2%	14,5%	(0,3pp)	14,8%	(0,6pp)
Outras rec./desp. Operacionais	(707,7)	8,0	(8.893,9%)	(9,2)	(0,6)	1388,4%	58,7	(115,7%)
% da receita líquida	31,8%	-0,4%	32,2pp	1,9%	0,1%	1,8pp	-12,0%	13,9pp
Despesas operacionais líquidas	(1.006,4)	(288,2)	249,2%	(78,4)	(67,4)	16,3%	(13,7)	472,4%
% da receita líquida	45,2%	13,2%	32,0pp	16,1%	14,7%	1,4pp	2,8%	13,3pp
Alienação de Investimentos	754,3	-	-	-	-		10,1	
Reversão de contingências	(74,0)	-	-	-	-		(74,0)	
Despesas operacionais líquidas ajustada	(326,2)	(288,2)	13,2%	(78,4)	(67,4)	16,3%	(77,5)	1,1%
% da receita líquida	14,7%	13,2%	1,5pp	16,1%	14,7%	1,4pp	15,9%	0,2pp

EBIT e EBITDA

Resultado Operacional

Em 2024, o EBITDA ajustado atingiu R\$ 459 milhões com uma margem ajustada de 20,6%. O EBITDA no trimestre atingiu R\$ 78 milhões, com queda de 15,3% contra o 4T23 e 14,6% 3T24. A margem EBITDA ajustada alcançou 15,9%, valor este que representa queda de 4,0pp em relação ao 4T23 e 2,7pp com relação ao 3T24. A queda de margem da Companhia no trimestre é explicada por três principais fatores: (i) crescimento da receita de unidades com menores margens operacionais (ramp-up), (ii) PL da Enfermagem e seus desdobramentos nos custos da Companhia, (iii) menor diluição das despesas pelo desinvestimento do Hospital Porto Dias.

R\$ milhões	Consolidado			Excluindo resultado do Hospital Porto Dias				
	2024	2023	Δ 2024	4T24	4T23	Δ 4T24	3T24	Δ 4T24
Receita bruta	2.517,0	2.482,9	1,4%	547,5	522,6	4,8%	548,4	(0,2%)
Impostos, deduções e glosas	(291,0)	(295,2)	(1,4%)	(60,5)	(63,1)	(4,2%)	(59,9)	1,0%
Receita líquida	2.226,0	2.187,7	1,8%	487,0	459,4	6,0%	488,5	(0,3%)
Custo dos serviços prestados	(1.555,4)	(1.475,8)	5,4%	(358,0)	(322,2)	11,1%	(348,4)	2,8%
Despesas operac. líquidas	(252,2)	(288,2)	(12,5%)	(78,4)	(67,4)	16,3%	(3,6)	2.094,4%
Imparidade de ativos	(754,3)	-	-	-	-	-	(10,1)	-
EBIT	(335,8)	423,6	(179,3%)	50,6	69,8	(27,4%)	126,4	(59,9%)
% da receita líquida	-15,1%	19,4%	(34,5pp)	10,4%	15,2%	(4,8pp)	25,9%	(15,5pp)
Depreciação e Amortização	109,0	102,0	6,9%	26,9	21,8	23,6%	23,9	12,4%
EBITDA	(226,8)	525,6	(143,2%)	77,5	91,6	(15,3%)	150,3	(48,4%)
% da receita líquida	-10,2%	24,0%	(34,2pp)	15,9%	19,9%	(4,0pp)	30,8%	(14,9pp)
Alienação de Investimentos / Imparidade de ativos	754,3	-	-	-	-	-	10,1	(100,0%)
Pré-Operacional Nova Lima	5,3	-	-	-	-	-	4,3	(100,0%)
Reversão de contingências	(74,0)	-	-	-	-	-	(74,0)	-
EBITDA ajustado	458,7	525,6	(12,7%)	77,5	91,6	(15,3%)	90,8	(14,6%)
% da receita líquida	20,6%	24,0%	(3,4pp)	15,9%	19,9%	(4,0pp)	18,6%	(2,7pp)



Resultado Financeiro Líquido

Receitas e Despesas Financeiras

Em 2024, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 163 milhões, com queda de 24,2% frente 2023. A melhora no resultado financeiro está relacionada com um maior caixa médio no período, fruto da venda do Hospital Porto Dias, e queda na linha de juros de empréstimos, financiamentos, parcelamentos e aquisições.

No trimestre, o resultado financeiro líquido apresentou melhora de 14,6% vs 4T23 e piora de 26,6% contra o 3T24. A explicação da piora se dá pelo efeito não recorrente na receita de R\$ 16,4 milhões, fruto da reversão da contingência previdenciária. Ajustando esse valor, a melhoria seria de 20,5%.

R\$ milhões	Consolidado			Excluindo resultado do Hospital Porto Dias				
	2024	2023	Δ 2024	4T24	4T23	Δ 4T24	3T24	Δ 4T24
Receita Financeira	89,6	59,5	50,7%	27,7	17,2	61,0%	33,6	(17,6%)
Despesa Financeira	(252,4)	(274,3)	(8,0%)	(62,7)	(58,2)	7,7%	(61,2)	2,3%
Juros de empréstimos, finan., parcelamentos e aquisições	(150,5)	(160,5)	(6,2%)	(40,1)	(36,3)	10,5%	(39,2)	2,4%
Juros de arrendamento	(83,5)	(83,4)	0,1%	(18,3)	(15,8)	15,8%	(17,1)	7,1%
Outros	(18,4)	(30,4)	(39,4%)	(4,3)	(6,1)	(30,0%)	(5,0)	(14,4%)
Resultado Financeiro Líquido	(162,8)	(214,8)	(24,2%)	(35,0)	(41,0)	(14,6%)	(27,6)	26,6%



Lucro (Prejuízo) Líquido

Em 2024, o lucro líquido ajustado atingiu R\$ 196 milhões, redução de 7,9% na comparação anual, e margem líquida de 8,8%.

No trimestre atual, o lucro líquido ajustado alcançou R\$ 25 milhões, redução de 34,9% em comparação com o mesmo período do ano anterior e de 38,4% em comparação com o 3T24. A margem líquida ajustada atingiu 5,1% neste trimestre, representando uma queda de 3,1pp tanto na comparação anual quanto na comparação trimestral. O pior resultado no lucro líquido é explicado pelos mesmos efeitos que resultaram na queda do EBITDA, conforme citados anteriormente.

R\$ milhões	Consolidado			Excluindo resultado do Hospital Porto Dias				
	2024	2023	Δ 2024	4T24	4T23	Δ 4T24	3T24	Δ 4T24
EBIT	(335,8)	423,6	(179,3%)	50,6	69,8	(27,4%)	126,4	(59,9%)
Resultado financeiro líquido	(162,8)	(214,8)	(24,2%)	(35,0)	(41,0)	(14,6%)	(27,6)	26,6%
LAIR	(498,6)	208,8	(338,8%)	15,7	28,8	(45,7%)	98,8	(84,2%)
IR e CSLL	174,7	(67,5)	(358,6%)	(7,5)	(8,9)	(15,8%)	(34,5)	(78,2%)
Lucro (Prejuízo) líquido	(323,9)	141,2	(329,3%)	8,1	19,9	(59,0%)	64,3	(87,3%)
% da receita líquida	-14,6%	6,5%	(21,1pp)	1,7%	4,3%	(2,6pp)	13,2%	(11,5pp)
IR/CS diferido (ágio de aquisições)	67,6	71,7	(5,7%)	16,5	17,9	(8,1%)	15,0	9,9%
Alienação de Investimentos / Imparidade de ativos	497,8	-	-	-	-	-	6,7	(100,0%)
Pré-Operacional Nova Lima	3,5	-	-	-	-	-	2,8	(100,0%)
Reversão de contingências	(48,8)	-	-	-	-	-	(48,8)	-
Lucro Líquido Ajustado	196,2	213,0	(7,9%)	24,6	37,8	(34,9%)	40,0	(38,4%)
% da receita líquida	8,8%	9,7%	(0,9pp)	5,1%	8,2%	(3,1pp)	8,2%	(3,1pp)



Endividamento

No quarto trimestre de 2024, o saldo da dívida líquida totalizou R\$ 772 milhões, uma redução de 16,6% contra o saldo final do mesmo trimestre do ano anterior, explicado pelo aumento do caixa e equivalentes de caixa.

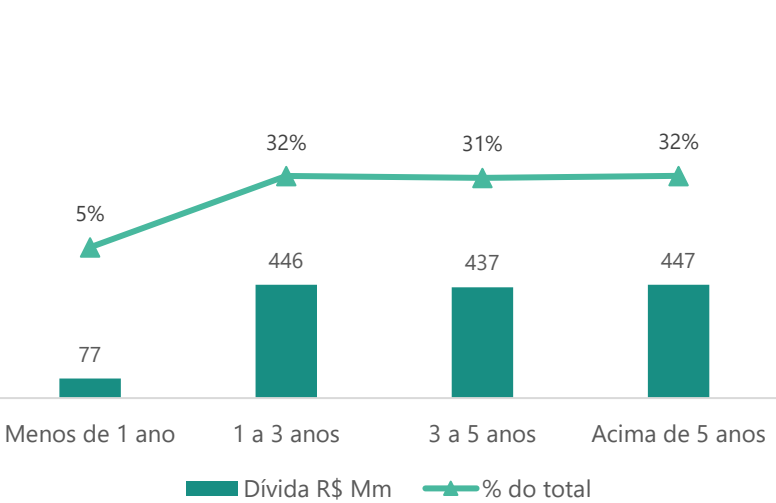
O índice de alavancagem (dívida líquida financeira/ EBITDA LTM) atingiu 1,5x no 4T24, 0,3x menor que no mesmo período do ano anterior e 0,2x maior que no trimestre anterior.

Consolidado (R\$ milhões)	4T24	4T23 ¹	Δ 4T24	3T24	Δ 4T24
Dívida de curto prazo	75,9	52,2	45,4%	99,7	(23,9%)
Dívida de longo prazo	1.347,0	1.202,7	12,0%	1.356,4	(0,7%)
Instrumentos financeiros derivativos (+/-) ²	23,9	(10,9)	(319,8%)	9,9	140,5%
Dívida Bruta ³	1.446,8	1.244,0	16,3%	1.466,0	(1,3%)
Caixa e equivalentes e aplicações financeiras	675,3	319,1	111,6%	755,9	(10,7%)
Dívida Líquida	771,5	924,9	(16,6%)	710,1	8,6%
EBITDA LTM ⁴	528,7	525,6	0,6%	563,1	(6,1%)
Dívida Líquida / EBITDA LTM	1,5x	1,8x	(0,3)	1,3x	0,2

1. Valores considerando os números do Hospital Porto Dias.
2. Instrumento derivativo (swap) relacionado a troca da taxa IPCA pela CDI no empréstimo do Banco do Nordeste (BNB).
3. Conforme *covenant* das emissões de debêntures da Companhia, a dívida bruta considera a soma dos saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures líquido de todos os instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante). Não considera passivos de arrendamentos e aquisição de empresas a pagar.
4. Conforme *covenant* das emissões de debêntures da Companhia, o EBITDA significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais.

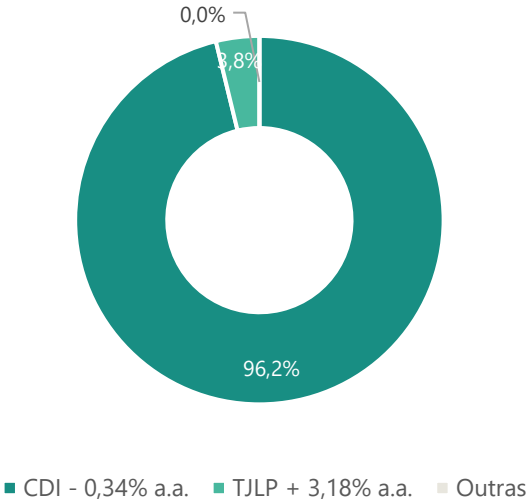
O prazo médio ponderado de pagamento da dívida do Mater Dei é de 4,3 anos. O custo da dívida no período do 4T24 foi de CDI – 0,34% a.a.

Cronograma de pagamento⁴ (R\$ Mm)



4. Não considera o custo de transação.

Custo médio da dívida e indexação

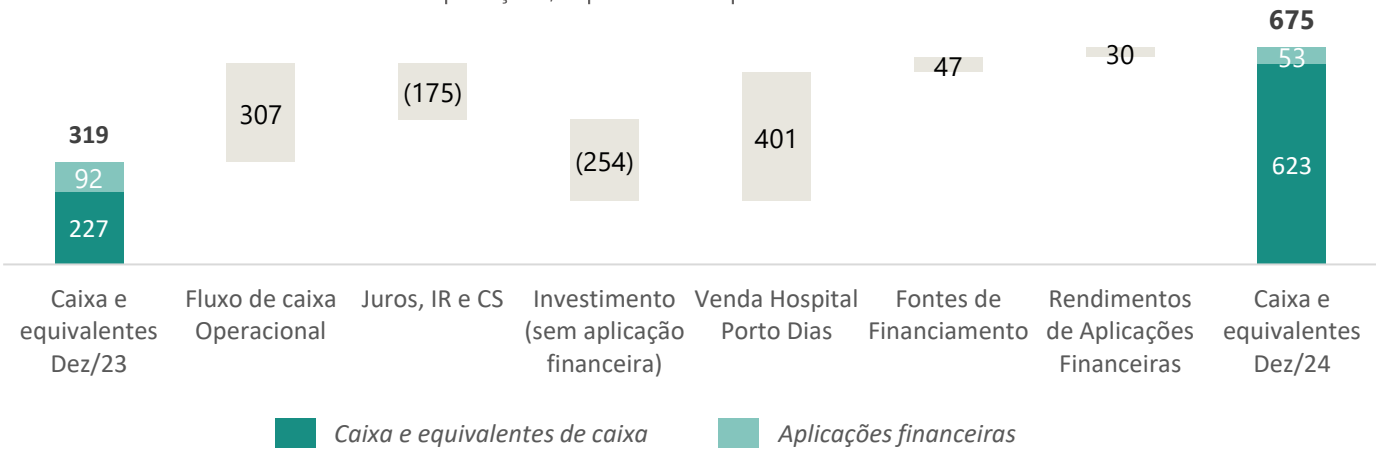


Fluxo de Caixa

Considerando a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras a Companhia terminou o 4T24 com R\$ 675 milhões, um crescimento de 112% quando comparado com o caixa do final do ano anterior.

Em 2024, o caixa gerado pelas operações antes do consumo de capital de giro foi de R\$ 514 milhões, com R\$ 206 milhões sendo consumidos pelas variações de ativo e passivo (contas a receber, fornecedores, estoques, entre outros). Para completar o fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, tivemos R\$ 175 milhões pagos em juros de empréstimos e arrendamento, e imposto de renda e contribuição social.

As atividades de investimento geraram R\$ 147 milhões, sendo R\$ 401 milhões recebidos pela alienação do investimento na Centro Saúde Norte, compensados pelo consumo de R\$ 214 milhões para pagamento de Capex de expansão e intangível, explicado principalmente pelas obras e aquisições na unidade de Nova Lima. Ademais, houve crescimento de R\$ 47 milhões nas atividades de financiamentos, com a entrada de R\$ 200 milhões da 2ª emissão de debêntures da Companhia em junho, sendo o principal componente positivo, compensado pela recompra de ações no valor de R\$ 59 milhões, pagamento de dividendos de R\$ 28 milhões e por último a geração de R\$ 30 milhões em rendimentos de aplicações, líquidos de impostos.



Anexo DRE

Consolidado (Em reais mil)	4T24	4T23	3T24	2024	2023
Receita bruta	547.491	633.820	645.379	2.517.018	2.482.873
Convênios	503.801	594.508	596.398	2.325.779	2.314.041
Particulares	35.661	33.823	40.239	157.318	139.425
Outras receitas	8.029	5.489	8.742	33.921	29.407
Impostos, deduções e glosas	(60.453)	(92.596)	(74.558)	(291.017)	(295.208)
Receita líquida	487.038	541.224	570.821	2.226.001	2.187.665
Custo dos serviços prestados	(358.011)	(378.481)	(397.248)	(1.555.404)	(1.475.816)
Materiais e medicamentos	(129.743)	(132.620)	(135.669)	(547.158)	(528.486)
Pessoal	(100.331)	(103.440)	(119.559)	(448.711)	(409.441)
Prestação de serviços médicos	(54.444)	(66.713)	(68.922)	(258.070)	(252.300)
Manutenção e conservação	(22.463)	(23.799)	(24.544)	(99.475)	(87.706)
Depreciação e amortização	(23.558)	(20.746)	(21.428)	(88.707)	(82.432)
Outros custos	(27.472)	(31.163)	(27.125)	(113.283)	(115.451)
Lucro bruto	129.027	162.743	173.574	670.597	711.849
Despesas gerais e administrativas	(69.175)	(75.996)	(79.928)	(298.709)	(296.288)
Pessoal	(43.309)	(50.209)	(50.492)	(190.625)	(189.607)
Depreciação e amortização	(3.330)	(5.255)	(5.816)	(20.334)	(19.570)
Serviços de Terceiros	(17.402)	(15.339)	(15.336)	(61.830)	(60.587)
Outras despesas	(5.134)	(5.193)	(8.284)	(25.920)	(26.524)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.181)	616	(791)	(2.430)	2.655
Outras receitas (despesas) operacionais	(8.024)	(861)	70.945	48.959	5.393
Imparidade de ativos - CPC 31	-	-	(10.122)	(754.264)	-
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	50.647	86.502	153.678	(335.847)	423.609
Receitas financeiras	27.664	18.720	34.106	89.616	59.459
Despesas financeiras	(62.656)	(63.615)	(65.963)	(252.379)	(274.275)
Resultado financeiro líquido	(34.992)	(44.895)	(31.857)	(162.763)	(214.816)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	15.655	41.607	121.821	(498.610)	208.793
Total IR e CSLL	(7.510)	(13.115)	(41.290)	174.706	(67.546)
Lucro/(prejuízo) líquido do período	8.145	28.492	80.531	(323.904)	141.247
IR/CS diferido (ágio de aquisições)	16.484	17.931	15.000	51.116	71.724
Alienação de Investimento / Imparidade de ativos	-	-	6.681	497.814	-
Pré Operacional Nova Lima	-	-	2.824	3.475	-
Reversão de contingências	-	-	(48.824)	(48.824)	-
Lucro líquido ajustado do período	24.629	46.423	56.212	179.677	212.971
Lucro atribuído aos controladores	8.278	25.801	75.366	(338.440)	119.654
Lucro atribuído aos não controladores	(133)	2.691	5.165	14.536	21.593

Consolidado (Em reais mil)	4T24	4T23	3T24	2024	2023
EBIT	50.647	86.502	153.678	(335.847)	423.609
Depreciação e amortização	26.888	26.000	27.250	109.041	102.001
EBITDA	77.535	112.502	180.928	(226.806)	525.610
Pré Operacional Nova Lima	-	-	4.278	5.265	-
Alienação de Investimento / Imparidade de ativos	-	-	10.122	754.264	-
Reversão de contingências	-	-	(73.975)	(73.975)	-
EBITDA Ajustado	77.535	112.502	121.353	458.748	525.610

Anexo

Balanço Patrimonial

Consolidado (Em reais mil)	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	622.581	227.302
Aplicação financeira	52.735	91.831
Contas a receber de clientes	662.537	798.581
Estoques	49.757	63.165
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.054
Contas a receber de obra	41.357	38.143
Outros ativos circulantes	48.735	38.097
Total do ativo circulante	1.477.702	1.258.173
Não Circulante		
Contas a receber de obra	289.502	305.142
Depósitos judiciais	51.177	48.138
IR e CSLL diferidos	229.929	58.127
Instrumentos financeiros derivativos	-	9.800
Investimentos	14.332	18.812
Direito de uso	656.637	753.232
Imobilizado	840.594	764.594
Intangível	730.289	1.853.209
Outros ativos não circulantes	50.690	102.224
Total do ativo não circulante	2.863.150	3.913.278
Total do ativo	4.340.852	5.171.451
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	131.914	148.701
Empréstimos e financiamentos	75.897	52.205
Instrumentos financeiros derivativos	2.426	-
Arrendamento mercantil	66.377	81.228
Salários e encargos sociais	57.295	74.904
Impostos e contribuições a recolher	23.818	37.288
Parcelamento de impostos	5.617	6.644
Contas a pagar aquisição de empresas	38.510	36.931
Passivo de resgate de ações	59.860	-
Dividendos a pagar	-	36.221
Outros passivos circulantes	5.710	11.453
Total do passivo circulante	467.424	485.575
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	1.347.024	1.202.660
Instrumentos financeiros derivativos	21.430	-
Arrendamento mercantil	675.457	762.274
Passivo de resgate de ações	-	422.171
IR e CSLL Diferidos	77.960	99.715
Parcelamento de impostos	649	4.695
Contas a pagar aquisição de empresas	157.546	174.778
Provisão para contingências	107.212	255.417
Outros passivos não circulantes	9.725	9.942
Total do passivo não circulante	2.397.003	2.931.652
Patrimônio líquido		
Capital Social	1.301.019	1.301.019
Reserva de capital e Resultado no período	186.035	376.142
Reservas de lucros	57.875	397.054
(-) Ações em tesouraria	(16.302)	(1.962)
Ajuste de avaliação patrimonial	(80.192)	(417.112)
Total do patrimônio líquido	1.448.435	1.655.141
Participação dos acionistas não controladores	27.990	99.083
Total do patrimônio líquido	1.476.425	1.754.224
Total do passivo	4.340.852	5.171.451

Anexo

Fluxo de Caixa

Consolidado (Em reais mil)	2024	2023
Fluxo de caixa provenientes das operações		
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(323.904)	141.247
Ajustes para conciliar o superávit ao caixa líquido		
Depreciação e amortização	109.041	102.002
Perda na baixa do ativo imobilizado e intangível	426	2.126
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	26.648	17.921
Constituição (reversão) de provisão para glosas	41.588	48.011
Constituição (reversão) de provisão e atualização monetária de contingências	(83.216)	(834)
Provisão pagamento baseado em ações	8.323	11.704
Resultado de equivalência patrimonial	2.430	(2.655)
Resultado com derivativos	(1.111)	7.380
Rendimentos de aplicações financeiras	(40.445)	(31.073)
Despesas financeiras líquidas	213.084	222.968
Constituição de parcelamento de impostos	938	-
Resultado líquido na alienação de investimentos	754.264	-
Provisão para IR e CSLL diferido	(194.384)	21.773
	513.682	540.570
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(176.312)	(257.119)
Estoques	(2.079)	1.121
Outros ativos	(1.356)	14.259
Depósitos judiciais	(2.695)	6.531
Fornecedores	10.950	4.404
Salários e encargos sociais	730	4.375
Impostos e contribuições a recolher	17.291	44.991
Impostos parcelados	(6.956)	(6.005)
Variação das contas operacionais de ativo alienado	(39.995)	-
Outros passivos	(5.815)	(6.699)
	(206.237)	(194.142)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.459)	(35.092)
Juros pagos	(154.552)	(154.127)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	132.434	157.209
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(188.412)	(154.466)
Aquisição de intangíveis	(12.045)	(13.602)
Ativos e reembolsos de obras a executar	(13.381)	(28.287)
Aporte de capital	(95)	-
Aquisição de controladas e investidas	(28.026)	(41.785)
Alienação de investimentos	401.261	-
Caixa adquirido (alienado) de combinação (desinvestimento) de negócios	(12.541)	388
Aplicações financeiras realizadas, líquido de resgates	69.497	73.084
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	216.258	(164.668)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	208.519	82.484
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(39.157)	(29.344)
Pagamentos de arrendamentos	(34.712)	(31.870)
Liquidação de derivativos	(836)	(8.341)
Aporte de capital realizado por minoritários	416	-
Ações em tesouraria	(59.225)	-
Dividendos pagos	(28.418)	(24.582)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	46.587	(11.653)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	395.279	19.112
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	227.302	246.414
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	622.581	227.302
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	395.279	19.112

Glossário e Outras Informações

AoP: Média do período (Average of period)

LTM: Últimos 12 meses (Last Twelve Months)

IFRS 16: A partir de 1º de janeiro de 2019, todas as empresas tiveram que se adaptar às novas regras do IFRS 16. Com essa nova norma, os arrendatários passaram a ter que reconhecer o ativo dos direitos sobre ativos arrendados e o passivo dos pagamentos futuros para contratos de arrendamento mercantil de médio ou longo prazo, incluindo os operacionais. O maior impacto que tivemos foi dos contratos de locação de imóveis das nossas unidades operacionais e administrativas

EBITDA: O EBITDA é resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações

Margem EBITDA: A divisão do EBITDA pela receita líquida

EBIT: O EBIT é resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro e das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras

CDI: Certificado de Depósito Interbancário

Taxa de ocupação: É o número de leitos efetivamente ocupados por pacientes por dia somados ao longo de um determinado período, dividido pelo número de leitos que estavam operacionais a cada dia somados durante mesmo período

Sobre a Rede Mater Dei de Saúde

A Rede Mater Dei de Saúde é uma plataforma integrada na prestação de serviços hospitalares e oncológicos, sendo uma referência nacional em saúde e a maior rede hospitalar privada de Minas Gerais. A Companhia possui capacidade para aproximadamente 2.200 leitos hospitalares em suas 9 unidades localizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte ("RMBH"), Salvador, Uberlândia, Goiânia e Feira de Santana.

A Rede Mater Dei possui excelência clínica reconhecida por pacientes, comunidade médica, operadoras de saúde, fornecedores e setores relevantes da sociedade, e tem como foco inovação e pioneirismo médico.

Relacionamento com os auditores independentes

Em consonância à determinação da Resolução CVM 162/22, informamos que nossa política de contratação de auditores independentes considera os melhores princípios de governança, que reservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos.

Para informações adicionais de Relações com Investidores, favor acessar o site: <https://ri.materdei.com.br>, ou enviar e-mail para: ri@materdei.com.br

Este material contém informações resumidas, sem intenção de serem completas e não devem ser consideradas por acionistas ou eventuais investidores como uma recomendação de investimento. Informações a respeito da Rede Mater Dei de Saúde, suas atividades, situação econômico-financeira e os riscos inerentes às suas atividades, assim como suas demonstrações financeiras, podem ser obtidas na rede mundial de computadores, no site da Mater Dei (<https://ri.materdei.com.br/>).



MaterDei
Rede de Saúde

45
ANOS



HUB BRASIL CENTRAL

Mater Dei Goiânia
Goiânia/GO

Mater Dei Santa Clara
Uberlândia/MG

Mater Dei Santa Genoveva
Uberlândia/MG

Mater Dei CDI
Uberlândia/MG

SÃO PAULO

Mater Dei São Paulo
[em construção]

HUB BAHIA

Mater Dei Salvador
Salvador/BA

Mater Dei Emec
Feira de Santana/BA

HUB RMBH

Mater Dei Santo Agostinho
Belo Horizonte/MG

Mater Dei Contorno
Belo Horizonte/MG

Mater Dei Betim-Contagem
Betim/MG

Mater Dei Nova Lima
Nova Lima/MG

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Hospital Mater Dei S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Hospital Mater Dei S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais 8

Demonstrações dos resultados 10

Demonstrações dos resultados abrangentes 11

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 12

Demonstrações dos fluxos de caixa 13

Demonstrações do valor adicionado 14

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 15



Shape the future
with confidence

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores do
Hospital Mater Dei S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Hospital Mater Dei S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para os assuntos abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Avaliação do valor recuperável de ativos de vida útil indefinida

Conforme divulgado na nota explicativa 15, a Companhia possui ativos não financeiros significativos, representados, principalmente, pelo ativo intangível, incluindo ágios e marcas decorrentes de combinações de negócios. Esses ativos são revisados anualmente com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável (*impairment*), sendo que ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio, devem ser submetidos anualmente a testes de *impairment*, independente de indicativos de deterioração. A avaliação quanto à recuperabilidade desses ativos com base no valor em uso, incluindo a definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), tem alto grau de subjetividade, assim como é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e cenários econômicos incertos. Mais especificamente, as premissas significativas na determinação do valor em uso se referem, principalmente, às projeções de taxa de ocupação de leitos, reajustes dos serviços hospitalares e taxa de desconto.

Devido à relevância dos saldos, o nível de incerteza e o alto grau de julgamento inerentes à determinação dos valores recuperáveis correspondentes, principalmente no que tange as premissas significativas supracitadas, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria realizados incluíram, mas não se limitaram a:

- (a) Analisamos a definição de UGCs da diretoria;
- (b) Analisamos a avaliação da diretoria quanto à existência de indicadores de perda por redução ao valor recuperável em relação às suas UGCs, por meio de análises da conjuntura econômica e do desempenho de cada UGC no exercício;
- (c) Obtemos os fluxos de caixa descontados de cada UGC que foi testada pela diretoria e, com o envolvimento de nossos especialistas da área de finanças corporativas, avaliamos a metodologia e as premissas adotadas. Comparamos as projeções de fluxo de caixa descontados das UGCs com os orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração. Realizamos discussões com a diretoria, avaliando também se as premissas foram definidas e aplicadas de acordo com as características de cada UGC, bem como potenciais evidências contrárias de auditoria. Desafiamos as premissas-chave adotadas nas projeções de fluxo de caixa, incluindo taxa-de-ocupação de leitos, reajustes de serviços hospitalares e taxa de desconto, por meio de avaliação de evidências internas e externas, incluindo informações do setor;
- (d) Conferimos a completude e cálculos matemáticos das projeções de fluxos de caixa



**Shape the future
with confidence**

- descontados;
- (e) Avaliamos a sensibilidade do impacto sobre o os fluxos de caixa descontados resultante de possíveis e razoáveis mudanças nas premissas-chave; e
- (f) Avaliamos a suficiência das divulgações nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relacionadas ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria executados, consideramos que os valores recuperáveis de ativos não financeiros mensurados pela diretoria, bem como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.9, 4.11 e 15, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita de contratos com clientes

Conforme divulgado na nota explicativa 4.16, as receitas de contratos com clientes da Companhia decorrem da prestação de serviços hospitalares, inclusive do uso de medicamentos e materiais hospitalares. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável.

A receita é reconhecida, quando o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação de serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da prestação dos serviços hospitalares, por um valor que reflete a contrapartida a qual a Companhia espera ter direito, em troca de transferência de bens ou serviços para os clientes. As receitas de contratos com clientes são mensuradas pelo valor da contraprestação recebida e a receber, deduzidas de abatimentos, descontos, impostos e encargos correspondentes e provisão para glosas (componente variável).

Devido à relevância dos montantes envolvidos e às características inerentes ao processo de reconhecimento de receita, incluindo as receitas a faturar e as estimativas relacionadas à mensuração das glosas, assim como o impacto que eventuais mudanças nas premissas e estimativas utilizadas teriam sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria realizados incluíram, mas não se limitaram a:

- (a) Obtemos o entendimento dos controles internos relacionados aos processos de determinação e monitoramento de valor e quantidade de procedimentos hospitalares e momento de reconhecimento de receita;
- (b) Com base em amostragem, executamos procedimentos de exame documental até o nível da liquidação subsequente, quando aplicável, para saldo de clientes faturados;
- (c) Avaliamos o reconhecimento da receita de acordo com o progresso do serviço prestado, por meio de testes documentais para uma amostra selecionada;
- (d) Analisamos as receitas utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas baseadas em nosso conhecimento da Companhia e da indústria na qual está inserida;



**Shape the future
with confidence**

- (e) Analisamos as premissas utilizadas para determinação dos percentuais de perda com glosas, incluindo análise de perdas históricas com glosa;
- (f) Recalculamos as provisões para glosas, com base na posição de clientes em 31 de dezembro de 2024 e percentuais de perdas com glosas auferidas;
- (g) Analisamos o risco de registro da receita fora da correta competência com base no tempo médio de internação do paciente; e
- (h) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto nas demonstrações financeiras.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria executados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas e estimativas de perdas com glosas da Companhia adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.16 e 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tomadas em conjunto.

Alienação da participação da Companhia no capital social da Centro Saúde Norte S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa 2, a Companhia concluiu, em 16 de setembro de 2024, a alienação da totalidade de sua participação no capital social da Centro Saúde Norte S.A. ("CSN"), controladora integral dos negócios do Hospital Porto Dias. Como resultado desta transação, a Companhia registrou uma perda na alienação do investimento na CSN no valor de R\$754.264 mil, em consideração ao valor da transação e valores contábeis, incluindo ágio, do seu investimento, bem como deixou de consolidar a investida a partir da data em que deixou de ter controle.

Devido ao fato de se tratar de uma transação não recorrente, aos montantes envolvidos nesta transação, bem como os efeitos sobre a posição financeira e os resultados da Companhia, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria realizados incluíram, mas não se limitaram a:

- (a) Obtemos atas de reunião dos órgãos de governança que deliberaram sobre a alienação da participação acionária;
- (b) Analisamos o contrato de compra e venda de ações e outras avenças celebrado entre as partes, bem como o termo de conclusão da operação entre as partes;
- (c) Inspecionamos a contraprestação recebida pela alienação, que incluiu montante em caixa e ações da própria Companhia que pertenciam aos compradores;
- (d) Analisamos o tratamento contábil resultante desta operação, incluindo seus efeitos no resultado do exercício e balanço patrimonial individual e consolidado;
- (e) Avaliamos as respectivas divulgações da Companhia referente ao desinvestimento, constantes na nota explicativa anteriormente mencionada.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria executados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento dos efeitos



**Shape the future
with confidence**

decorrentes da alienação da totalidade de participação no capital social da Centro Saúde Norte S.A., assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 2, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de



**Shape the future
with confidence**

demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos



**Shape the future
with confidence**

ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 19 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

Rogério Xavier Magalhães
Contador CRC MG-080613/O

Hospital Mater Dei S.A.



Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	617.103	202.280	622.581	227.302
Aplicações financeiras	8	52.735	81.787	52.735	91.831
Contas a receber de clientes	9	492.520	420.710	662.537	798.581
Estoques	10	37.092	32.601	49.757	63.165
Instrumentos financeiros derivativos	6.2	-	1.054	-	1.054
Contas a receber de obra	11	41.357	38.143	41.357	38.143
Outros ativos circulantes		38.002	45.954	48.735	38.097
Total do ativo circulante		1.278.809	822.529	1.477.702	1.258.173
Não Circulante					
Contas a receber de obra	11	289.502	305.142	289.502	305.142
Depósitos judiciais	20	48.905	43.767	51.177	48.138
IR e CSLL diferidos	26	184.780	-	229.929	58.127
Instrumentos financeiros derivativos	6.2	-	9.800	-	9.800
Direito de uso	12	651.479	573.195	656.637	753.232
Investimentos	13	799.569	1.990.450	14.332	18.812
Imobilizado	14	510.864	397.306	840.594	764.594
Intangível	15	28.227	24.444	730.289	1.853.209
Outros ativos não circulantes		-	-	50.690	102.224
Total do ativo não circulante		2.513.326	3.344.104	2.863.150	3.913.278
Total do ativo		3.792.135	4.166.633	4.340.852	5.171.451

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16	108.484	101.476	131.914	148.701
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	50.595	36.306	75.897	52.205
Instrumentos financeiros derivativos	6.2	2.426	-	2.426	-
Arrendamentos	12	65.635	57.217	66.377	81.228
Salários e encargos sociais		39.391	40.851	57.295	74.904
Impostos e contribuições a recolher		17.141	10.627	23.818	37.288
Parcelamento de impostos	18	5.432	6.438	5.617	6.644
Aquisição de empresas a pagar	19	-	-	38.510	36.931
Passivo de resgate de ações	13	-	-	59.860	-
Dividendos a pagar		-	28.418	-	36.221
Outros passivos circulantes		4.210	8.662	5.710	11.453
Total do passivo circulante		293.314	289.995	467.424	485.575
Não Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	1.302.304	1.136.774	1.347.024	1.202.660
Instrumentos financeiros derivativos	6.2	21.430	-	21.430	-
Arrendamentos	12	670.470	577.380	675.457	762.274
Passivo de resgate de ações	13	-	347.681	-	422.171
Parcelamento de impostos	18	-	3.893	649	4.695
IR e CSLL Diferidos	26	-	18.838	77.960	99.715
Aquisição de empresas a pagar	19	-	-	157.546	174.778
Provisão para contingências	20	49.833	130.396	107.212	255.417
Outros passivos não circulantes		6.349	6.535	9.725	9.942
Total do passivo não circulante		2.050.386	2.221.497	2.397.003	2.931.652
Patrimônio Líquido	21				
Capital social		1.301.019	1.301.019	1.301.019	1.301.019
Reserva de capital		186.035	376.142	186.035	376.142
Reservas de lucros		57.875	397.054	57.875	397.054
Ações em tesouraria		(16.302)	(1.962)	(16.302)	(1.962)
Ajuste de avaliação patrimonial		(80.192)	(417.112)	(80.192)	(417.112)
Patrimônio líquido acionista controlador		1.448.435	1.655.141	1.448.435	1.655.141
Participação dos acionistas não controladores		-	-	27.990	99.083
Total do patrimônio líquido		1.448.435	1.655.141	1.476.425	1.754.224
Total do passivo		3.792.135	4.166.633	4.340.852	5.171.451

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita de serviços hospitalares	22	1.460.505	1.322.147	2.226.001	2.187.665
Custo dos serviços prestados	23	(949.061)	(833.267)	(1.555.404)	(1.475.816)
Lucro bruto		511.444	488.880	670.597	711.849
Despesas e receitas operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	23	(222.477)	(194.639)	(298.709)	(296.288)
Resultado de equivalência patrimonial	13	4.730	26.417	(2.430)	2.655
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	24	(697.344)	5.716	(705.305)	5.393
		(915.091)	(162.506)	(1.006.444)	(288.240)
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		(403.647)	326.374	(335.847)	423.609
Receitas financeiras	25	82.442	54.322	89.616	59.459
Despesas financeiras	25	(208.107)	(215.619)	(252.379)	(274.275)
Resultado financeiro líquido		(125.665)	(161.297)	(162.763)	(214.816)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(529.312)	165.077	(498.610)	208.793
Imposto de renda e contribuição social	26	190.872	(45.423)	174.706	(67.546)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(338.440)	119.654	(323.904)	141.247
Lucro (prejuízo) atribuível aos:					
Acionistas controladores		(338.440)	119.654	(338.440)	119.654
Acionistas não controladores		-	-	14.536	21.593
		(338.440)	119.654	(323.904)	141.247
Lucro (prejuízo) por ação:					
Lucro (prejuízo) básico por ação (em reais)		(0,90)	0,31	-	-
Lucro (prejuízo) diluído por ação (em reais)		(0,90)	0,30	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Mater Dei S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(338.440)	119.654	(323.904)	141.247
<i>Hedge</i> de fluxos de caixa	(36.657)	12.513	(36.657)	12.513
Imposto diferido - <i>Hedge</i> de fluxos de caixa	12.463	(4.254)	12.463	(4.254)
Total do resultado abrangente do exercício	(362.634)	127.913	(348.098)	149.506
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(362.634)	127.913	(362.634)	127.913
Acionistas não controladores	-	-	14.536	21.593

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Mater Dei S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de capital			Reserva de lucros								
	Integralizado	Gastos com emissão de ações	Reserva de ágio	Pagamento baseado em ações	Reserva especial de ágio Reflexo	Reserva legal	Reserva para reinvesti-mento	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	Particip. dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
Em 31 de dezembro de 2022	1.355.182	(54.163)	370.382	20.266	-	36.778	51.758	217.584	-	(1.962)	(378.334)	1.617.491	85.131	1.702.622
Resultados abrangentes do exercício:														
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	119.654	-	-	119.654	21.593	141.247
Hedges de fluxo de caixa, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.259	8.259	-	8.259
Total dos resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	119.654	-	8.259	127.913	21.593	149.506
Efeito da incorporação reversa da A3Data (Nota 3)	-	-	-	-	(26.210)	-	-	-	-	-	-	(26.210)	-	(26.210)
Plano de opção de ações	-	-	-	11.704	-	-	-	-	-	-	-	11.704	-	11.704
Valor justo do passivo de resgate (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(43.585)	(43.585)	-	(43.585)
Constituição de reservas de lucros	-	-	-	-	-	5.983	-	85.253	(91.236)	-	-	-	-	-
Destinação do lucro do exercício anterior	-	-	-	-	-	-	61.220	(61.220)	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.418)	-	-	(28.418)	-	(28.418)
Particip. dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(302)	-	-	(3.452)	(3.754)	(7.641)	(11.395)
Em 31 de dezembro de 2023	1.355.182	(54.163)	370.382	31.970	(26.210)	42.761	112.978	241.315	-	(1.962)	(417.112)	1.655.141	99.083	1.754.224
Resultados abrangentes do exercício:														
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(338.440)	-	-	(338.440)	14.536	(323.904)
Hedges de fluxo de caixa, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.194)	(24.194)	-	(24.194)
Total dos resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(338.440)	-	(24.194)	(362.634)	14.536	(348.098)
Plano de opção de ações	-	-	-	8.323	-	-	-	-	-	-	-	8.323	-	8.323
Valor justo do passivo de resgate (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.647)	(1.647)	-	(1.647)
Baixa do passivo de resgate (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	363.732	363.732	-	363.732
Transações com acionistas não controladores (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.362)	(1.362)	-	(1.362)
Cancelamento de ações em tesouraria (Nota 21)	-	-	(198.430)	-	-	-	-	-	-	198.430	-	-	-	-
Recebimento de ações em tesouraria (Nota 21)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(153.545)	-	(153.545)	-	(153.545)
Recompra de ações em tesouraria (Nota 21)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(59.225)	-	(59.225)	-	(59.225)
(Destinação do lucro(prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	(183.117)	(155.323)	338.440	-	-	-	-	-
Destinação do lucro do exercício anterior	-	-	-	-	-	-	85.253	(85.253)	-	-	-	-	-	-
Particip. dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(739)	-	-	391	(348)	(85.629)	(85.977)
Em 31 de dezembro de 2024	1.355.182	(54.163)	171.952	40.293	(26.210)	42.761	15.114	-	-	(16.302)	(80.192)	1.448.435	27.990	1.476.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa provenientes das operações				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(338.440)	119.654	(323.904)	141.247
Ajustes para conciliar o resultado do exercício ao caixa líquido				
Depreciação e amortização	12, 14 e 15	71.276	60.483	109.041
Perda na baixa do ativo imobilizado e intangível	14 e 15	1.347	2.435	426
Constituição de provisão para perda de clientes	9	16.813	14.429	26.648
Constituição de provisão para glosas	9	43.827	28.752	41.588
Reversão de provisão e atualiz. monet. de contingências	24 e 25	(81.183)	(4.182)	(83.216)
Provisão do pagamento baseado em ações	21	8.323	11.704	8.323
Resultado de equivalência patrimonial	13	(4.730)	(26.417)	2.430
Resultado com derivativos	25	(1.111)	7.380	(1.111)
Rendimentos de aplicações financeiras	25	(39.204)	(29.547)	(40.445)
Despesas financeiras líquidas	25	174.257	170.750	213.084
Constituição de parcelamento de impostos	18	938	-	938
Resultado líquido na alienação de investimentos	2	754.264	-	754.264
Provisão para IR e CSLL diferido	26	(191.155)	44.002	(194.384)
		415.222	399.443	513.682
Varição nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber		(135.471)	(131.740)	(176.312)
Estoques		(4.491)	4.285	(2.079)
Outros ativos		974	13.928	(1.356)
Depósitos judiciais		(1.566)	7.171	(2.695)
Fornecedores		10.514	16.861	10.950
Salários e encargos sociais		1.589	1.896	730
Impostos e contribuições a recolher		7.329	4.196	17.291
Parcelamento de impostos		(6.772)	(5.851)	(6.956)
Varição das contas operacionais de ativo alienado		-	-	(39.995)
Outros passivos		(4.046)	4.766	(5.815)
		(131.940)	(84.488)	(206.237)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(815)	(186)	(20.459)
Juros pagos		(136.339)	(133.040)	(154.552)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		146.128	181.729	132.434
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	14	(155.893)	(113.766)	(188.412)
Aquisição de intangíveis	15	(11.163)	(12.534)	(12.045)
Ativos e reembolsos de obras a executar	11	(13.381)	(28.287)	(13.381)
Aporte de capital e AFAC em controladas e investidas	13	(92.258)	(101.188)	(95)
Aquisição de controladas e investidas	19	-	-	(28.026)
Alienação de investimentos	2	401.261	-	401.261
Caixa adquirido (alienado) de combinação (desinvestimento) de negócios	2	-	-	(12.541)
Aplicações financeiras resgatadas	8	68.256	65.207	69.497
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		196.822	(190.568)	216.258
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	17	206.893	70.965	208.519
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	17	(26.179)	(15.576)	(39.157)
Pagamentos de arrendamentos		(20.362)	(15.562)	(34.712)
Liquidação de derivativos	6.2	(836)	(8.341)	(836)
Compra de ações em tesouraria	21	(59.225)	-	(59.225)
Aporte de capital realizado por minoritários	13	-	-	416
Dividendos pagos		(28.418)	(24.582)	(28.418)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		71.873	6.904	46.587
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		414.823	(1.935)	395.279
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	202.280	204.215	227.302
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	617.103	202.280	622.581
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		414.823	(1.935)	395.279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas				
Receita bruta de serviços hospitalares	1.641.422	1.487.370	2.517.018	2.482.873
Deduções da receita	(75.338)	(69.015)	(135.271)	(141.100)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.813)	(14.429)	(26.648)	(17.921)
Outras receitas (Outras despesas)	(753.437)	3.249	(753.108)	6.939
	795.834	1.407.175	1.601.991	2.330.791
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos serviços prestados	(580.480)	(514.478)	(921.752)	(893.061)
Serviços de terceiros, energia e outros	(104.147)	(90.017)	(167.819)	(160.996)
Valor adicionado bruto	111.207	802.680	512.420	1.276.734
Outras receitas/despesas operacionais	72.906	16.896	74.451	16.375
Depreciação e amortização	(71.276)	(60.483)	(109.041)	(102.002)
Valor adicionado líquido produzido	112.837	759.093	477.830	1.191.107
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	4.730	26.417	(2.430)	2.655
Receitas financeiras	82.442	54.322	89.616	59.459
Valor adicionado total a distribuir	200.009	839.832	565.016	1.253.221
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Salários e ordenados	237.538	205.417	368.619	341.423
Benefícios	33.179	29.302	54.000	52.315
FGTS	19.065	17.021	31.801	29.269
Férias, 13º salário e encargos	52.816	46.363	86.105	83.941
	342.598	298.103	540.525	506.948
Impostos, taxas e contribuições				
INSS	61.707	53.867	98.811	92.100
Federais	(129.724)	100.560	(82.664)	158.660
Estaduais/Municipais	44.431	41.071	63.704	62.994
	(23.586)	195.498	79.851	313.754
Remuneração de capitais de terceiros				
Aluguéis	11.330	10.968	16.165	17.007
Juros e variações cambiais	208.107	215.619	252.379	274.275
	219.437	226.587	268.544	291.282
Remuneração de capital próprio				
Dividendos	-	28.418	-	28.418
Lucros retidos (Prejuízos) do exercício	(338.440)	91.226	(323.904)	112.819
	(338.440)	119.644	(323.904)	141.237
Valor adicionado distribuído	200.009	839.832	565.016	1.253.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

O Hospital Mater Dei S.A. ("Mater Dei" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no segmento Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código "MATD3", com sede social na cidade de Belo Horizonte no Estado de Minas Gerais. O Mater Dei foi fundado em 1980 e está quase completando seus 45 anos de vasta experiência no setor de assistência médica e uma posição sólida no mercado em que atua, consolidando a sua reconhecida marca, "Mater Dei", e tornando seu nome uma referência da mais alta qualidade.

A Companhia e suas controladas ("Grupo" ou "Rede Mater Dei") operam nove hospitais no total e possuem capacidade de cerca de 2.200 leitos hospitalares em suas unidades localizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte ("RMBH") e nas cidades de Uberlândia, Goiânia, Salvador e Feira de Santana.

A sua primeira unidade hospitalar, em Belo Horizonte, foi inaugurada em 1980. Em 2000, o Mater Dei inaugurou o Bloco II da Unidade Santo Agostinho. 14 anos depois foi inaugurada a segunda unidade, também em Belo Horizonte, o Mater Dei Contorno e em 2019 foi inaugurada a unidade em Betim-Contagem. A partir de então a Companhia, pensando em uma expansão para além da RMBH iniciou a construção em Salvador/BA da sua primeira unidade fora do estado de Minas Gerais, inaugurada em 2022. Em 2021 a Companhia realizou seu IPO, possibilitando dar segmento à sua estratégia de expansão, principalmente através de aquisições. Após a abertura de capital, a Companhia adquiriu unidades hospitalares nos estados do Pará, Minas Gerais, Bahia e Goiás aumentando significativamente o número de leitos disponíveis. No ano de 2024, a Companhia alienou sua operação no estado do Pará (conforme nota explicativa 2) e inaugurou a nona unidade hospitalar, o Mater Dei Nova Lima, localizada na região metropolitana de Belo Horizonte com a capacidade instalada de 117 leitos.

Além das unidades hospitalares, a Companhia detém participação na A3Data Consultoria S.A., uma empresa especializada em dados e inteligência artificial, com foco na transformação cultural e analítica de empresas. Com métodos próprios consolidados e visão de negócio, seus projetos geram grande impacto nas organizações, líderes em seus segmentos, voltados para o aumento da receita, redução de custos e melhora na satisfação dos clientes.

A Rede Mater Dei opera apenas um segmento, denominado "hospitalar". A análise do segmento hospitalar contempla informações desagregadas por hospital sem que os mesmos se constituam em segmentos operacionais distintos.

Os dados operacionais quantitativos citados nessa Nota não foram escopo de revisão dos auditores independentes.

1.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia considerou as orientações emanadas da orientação técnica OCPC 07 na preparação destas informações contábeis. Assim, todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras anuais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 5.

a) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

1.3. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2025.

2. Desinvestimento no Grupo Porto Dias

A Companhia celebrou no dia 30 de maio de 2024, o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("CCVA"), por meio do qual se comprometeu a alienar a totalidade da sua participação, equivalente à 70% do capital social da Centro Saúde Norte S.A., controladora integral dos negócios do Hospital Porto Dias ("Grupo Porto Dias"). Diante desse fato, a Administração realizou o reconhecimento do impairment nas demonstrações interinas de 30 de junho de 2024. A operação de venda foi concluída no dia 16 de setembro de 2024, resultando na reversão do impairment e reconhecimento final do resultado líquido na venda do ativo, destacado a seguir.

O preço da alienação foi composto por R\$401.261 em dinheiro e 27.272.728 ações da própria Companhia que pertenciam aos compradores, no valor de R\$153.545, mensuradas a cotação ponderada média dos últimos 30 pregões contados da data de assinatura do CCVA.

Com a conclusão da Operação, a Rede Mater Dei encerrou suas atividades junto ao complexo do Hospital Porto Dias, restando apenas um saldo de dividendos a receber no valor de R\$10.000. A Operação reforça a disciplina financeira da Companhia, através do ajuste de portfólio em um momento de desafios do setor, diminuindo a exposição à riscos e fortalecendo a posição de caixa, melhora na gestão de capital de giro e estrutura de capital.

Para o reconhecimento dos saldos em 16 de setembro de 2024, a CSN seguiu os critérios e premissas adotadas e disponibilizados pela Companhia.

O reconhecimento do resultado da venda do investimento na CSN foi realizado na rubrica de "Outras receitas/despesas operacionais", conforme demonstrado a seguir:

Valor da transação	554.806
Custo do investimento:	
Patrimônio Líquido (70%) CSN	(208.543)
Ágio	(1.056.113)
Ativo indenizável	(44.414)
Total do custo com investimento	(1.309.070)
Resultado líquido da alienação de investimento	(754.264)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue a composição do ativo e passivo disponível para venda da controlada CSN a valor justo em 16 de setembro de 2024 quando a operação foi concluída:

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.541	Fornecedores	14.480
Aplicação financeira	15.036	Arrendamento	18.798
Contas a receber de clientes	291.562	Salários e encargos sociais	22.161
Estoques	16.619	Impostos e contribuições a recolher	20.668
Outros ativos circulantes	7.190	Dividendos a pagar	14.286
Total do ativo circulante	342.948	Outros passivos circulantes	3.708
		Total do passivo circulante	94.101
Não circulante		Não circulante	
Depósitos judiciais	3.509	Arrendamento	188.256
IR e CSLL diferidos	13.026	Provisão para contingências	62.897
Direito de uso	175.828	Total do passivo não circulante	251.153
Imobilizado	33.632		
Intangível	69.859		
Outros ativos não circulantes	4.371		
Total do ativo não circulante	300.225		
		Patrimônio líquido	297.919
Total do ativo	643.173	Total do passivo	643.173

3. Cisão parcial da RMDS e incorporação reversa da A3Data

No dia 31 de maio de 2023, foi realizada a cisão parcial da RMDS seguida pela incorporação do acervo líquido pela A3 Data mediante incorporação reversa, na qual a A3Data incorporou o próprio investimento da RMDS, o ágio e mais valia apurados na data da aquisição.

O laudo da cisão foi realizado por consultoria independente pelo método de avaliação a valor contábil, baseado no balancete elaborado em 30 de abril de 2023. O valor dos ativos cindidos foi mensurado em R\$41.059. Apresentamos a seguir o detalhe dos ativos:

	Valor cindido e incorporado em 31/05/2023
Participação em A3 Data Consultoria S.A.	9.657
Carteira de clientes	1.881
(-) Imposto de renda diferido	(639)
Carteira de clientes líquida dos efeitos fiscais	1.242
Ágio em participações	30.160
Total	41.059

Com a cisão parcial da RMDS, as ações da A3Data pertencentes a RMDS foram transferidas para a Companhia. Logo, a Companhia passou a deter investimento direto na A3Data correspondente a 50,1% de participação no capital social.

A A3Data, em atendimento à instrução normativa CVM nº 78 de 2022, realizou a provisão do ágio na reserva de ágio e reconheceu o ativo fiscal diferido correspondente a 34% do valor ágio, resultante da diferença temporária pelo aproveitamento fiscal futuro do ágio e da mais valia. Esta operação resultou em uma provisão integral no montante de R\$31.347 registrado em reserva especial de ágio, correspondente à participação da RMDS na A3Data.

A A3Data reconheceu o ativo fiscal diferido de R\$10.254, perfazendo uma provisão líquida no valor de R\$21.093. Adicionalmente, a Companhia registrou o valor de R\$5.117 referente à participação de minoritários em tal benefício fiscal.

O efeito líquido, da transação de cisão e incorporação acima descritos, contabilizado no patrimônio líquido da Companhia em Reserva Especial de Ágio especial reflexo foi no valor de R\$26.210.

4. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

4.1. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e de apresentação da Rede Mater Dei.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais estão relacionados com ativos e passivos financeiros apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Hospital Mater Dei S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha participação nas seguintes controladas, diretas, indiretas e empreendimento controlado em conjunto:

Investidas diretas	Influência	31/12/2024	31/12/2023
		% Participação	% Participação
RMDS Participações S.A. ("RMDS")	Controlada	100%	100%
Centro Saúde Norte S.A. ("CSN") (i)	Controlada	-	70%
RMDSSG Participações S.A. ("RMDSSG")	Controlada	100%	100%
GPDMater Participações Ltda. ("GPDMater")	Controle conjunto	70%	70%
A3Data Consultoria S.A. ("A3Data")	Controle conjunto	50,1%	50,1%

Investidas indiretas	Influência	31/12/2024	31/12/2023
		% Participação	% Participação
Hospital Porto Dias Ltda. ("HPD") (i)	Controlada	-	70%
Porto Dias Diagnóstico Ltda. ("PDD") (i)	Controlada	-	70%
Medical Comercial Ltda. ("Medical") (i)	Controlada	-	70%
Medicina Desportiva e Diagnóstico por Imagem Ltda. ("Medicina") (i)	Controlada	-	70%
Porto Dias Saúde Ltda. ("PDS") (i)	Controlada	-	70%
Hospital Santa Genoveva Ltda. ("HSG")	Controlada	99,75%	99,2%
Centro de Tomografia Computadoriza de Uberlândia Ltda. ("CDI")	Controlada	100%	100%
Clínica de Diagnóstico Cardiovasculares de Uberlândia Ltda. ("Cardio")	Controlada	100%	100%
Hospital Mater Dei Goiânia ("HMDG") (ii)	Controlada	98,50%	98,50%
EMEC Empreendimentos Médico Cirúrgicos Ltda. ("EMEC")	Controlada	98,70%	98,34%
Hospital e Maternidade Santa Clara Ltda. ("HSC")	Controlada	75,13%	75%
Serviço Hospitalar de Oxigenoterapia Hiperbárica Santa Genoveva Ltda. ("Hiperbárica")	Controle conjunto	50%	50%
Centru - Centro De Tratamento Urológico Ltda. ("Centru")	Controle conjunto	50%	50%

(ii) Empresas pertencentes ao Grupo Porto Dias. Vide nota explicativa 2.

(iii) Em 2024, o Instituto de Cirurgia Plástica e Oftalmologia Ltda., anteriormente conhecido como "Premium", passou a adotar nome fantasia de Hospital Mater Dei Goiânia ("HMDG").

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Mater Dei detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos (inclusive os contingentes) assumidos na aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, não reconhecendo a parcela proporcional da participação minoritária no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

O ágio resultante de uma combinação de negócios, classificados como de vida útil indefinida, é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Conforme orientação do ICPC 09 (R1), o ágio e o saldo de mais valia foram classificados no grupo de “Investimentos”, no balanço individual e no consolidado é reclassificado para o grupo de “Intangível”.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Mater Dei.

b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Mater Dei. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido.

c) Perda de controle em controladas

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. A partir da data em que o Grupo perde o controle não há mais consolidação dos saldos dos investimentos no resultado ou na posição patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas

d) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

4.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4.4. Ativos financeiros

4.4.1. Classificação

A Rede Mater Dei classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes.

4.4.2. Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Rede Mater Dei tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

4.4.3. Mensuração

No reconhecimento inicial, a Rede Mater Dei mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

4.4.4. Impairment

A Rede Mater Dei avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Rede Mater Dei aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

4.4.5. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

4.5. **Instrumentos financeiros derivativos**

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo.

4.6. **Atividades de hedge**

No início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia, formalmente, designa e documenta a relação de *hedge* a qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge*, o objeto e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. As movimentações nos valores de *hedge* referente ao valor de mercado, líquido dos efeitos de IR e CSLL diferidos, são classificados na conta "Outros

resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

4.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A Companhia e suas controladas mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo valor amortizado, deduzidas das provisões para crédito de liquidação duvidosa e provisão de glosas.

a) Glosas

A Rede Mater Dei está exposta a perdas devido às glosas de contas a receber. As glosas consistem em perdas de transações decorrentes de companhias operadoras, seguradoras, autarquias, autogestões e administradoras de planos de saúde, que questionam as contas alegando não serem devidas, parcial ou totalmente. As provisões para esses itens representam a estimativa de perdas futuras com base na experiência histórica. As provisões para glosas são registradas como redução de receita.

Historicamente, as perdas reais têm sido consistentes com as provisões estimadas. No entanto, futuras mudanças adversas em relação ao histórico de glosas podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

4.8. Estoques

Os estoques são compostos, principalmente, por materiais hospitalares, drogas e medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais e são avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. Dada a natureza dos estoques, a Administração efetua a baixa dos itens vencidos ou obsoletos.

4.9. Ativos intangíveis

Atualmente, a Rede Mater Dei concentra seus ativos intangíveis em licenças de uso de software. As licenças de uso de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada das licenças de uso de *software* de um a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de licença de uso de *software* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de licença de uso de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Rede Mater Dei, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento, implantação e aprimoramento de

softwares. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*, caso aplicável.

4.10. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, caso aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, em 31 de dezembro de 2024, como segue:

	Anos
Imóveis	25
Benfeitorias em imóveis	25
Equipamentos e aparelhos hospitalares	10
Móveis, utensílios e informática	5 a 10
Outros	5 a 22

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 4.11).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

4.11. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

4.12. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante, na rubrica de “outros passivos não circulantes”.

As contas a pagar no circulante e não circulante são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

4.13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

4.14. Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.15. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia e suas controladas, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

4.16. Reconhecimento da receita

a) Receita de preparação de serviços

O pronunciamento CPC 48 - Receita de Contrato com o Cliente estabelece um modelo de cinco etapas para a contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. As receitas da Rede Mater Dei decorrem da prestação de serviços hospitalares, inclusive do uso de medicamentos e materiais hospitalares. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Rede Mater Dei e quando possa ser mensurada de forma confiável, ou seja, no momento da prestação dos serviços hospitalares.

A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito, em troca de prestação de serviços para um cliente. As receitas de contratos com clientes são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzidas de abatimentos, descontos, impostos e encargos correspondentes e provisão para glosas (componente variável), somado ao fato de que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação de serviços da Rede Mater Dei fluem para o cliente no momento da prestação dos serviços hospitalares.

A Rede Mater Dei avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como intermediário ou principal e, conclui que atua como principal em todos os seus contratos de receita, porque normalmente controla os serviços antes de transferi-los para o cliente.

b) Componentes de financiamento

A Rede Mater Dei não prevê ter contratos nos quais haja um período longo entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último. Como consequência, a Rede Mater Dei não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos (perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

4.17. Arrendamentos

a) Arrendamentos a pagar e direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que os contratos apresentem as características que estão no alcance da isenção da norma (Nota 12).

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Rede Mater Dei. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

A Rede Mater está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um

índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é remensurado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

b) Arrendamentos a receber

A receita com arrendamentos operacionais, quando a Rede Mater Dei atua como arrendador, é reconhecida pelo método linear como receita durante o período do arrendamento. Os custos diretos iniciais incorridos na obtenção de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo subjacente e reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento, na mesma base que a receita de arrendamento.

4.18. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

4.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As normas indicadas abaixo entraram em vigor em 2024. A Companhia avaliou a adoção e informa que não teve impacto nas Demonstrações Financeiras (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: as alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações impactam as divulgações de políticas contábeis, mas não a mensuração, o reconhecimento ou a apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.20. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: em abril de 2024, o IASB

emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício. Também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*Primary Financial Statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas só entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está avaliando os impactos que as alterações terão na prática atual para adotá-la quando esta entrar em vigor.

- IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A Companhia está avaliando os impactos que as alterações terão na prática atual para adotá-la quando esta entrar em vigor.
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações passaram a vigorar para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia está avaliando os impactos que as alterações terão na prática atual para adotá-la quando esta entrar em vigor.

- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia está avaliando os impactos que as alterações terão na prática atual para adotá-la quando esta entrar em vigor.

5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

5.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Perda (*impairment*) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Administração aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

Adicionalmente, a Administração avalia continuamente a recuperabilidade dos ativos de indenização relativos a passivos assumidos em combinações de negócios. Parte substancial desses valores estão amparados por garantias através da retenção de parcelas do preço de aquisição ou por valores a pagar à parte indenizadora que poderão eventualmente ser compensados com as indenizações a receber. Para as parcelas não garantidas, a Administração avalia continuamente a qualidade do crédito em relação a essas contrapartes e considerando que são pulverizados, estima que não incorrerá em perdas substanciais na realização dos mesmos.

b) Glosas de contas a receber

Os saldos de contas a receber contêm componente variável relacionado às glosas, que decorrem de questionamentos por parte de clientes em relação às contas hospitalares, alegando não serem devidas, parcial ou totalmente. As provisões de glosas são reconhecidas com base na experiência histórica, o que envolve o exercício de certo grau de julgamento para estabelecer o prazo após o qual as tratativas de negociação tornam a recuperação das glosas improvável.

c) Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos judiciais e administrativos, bem como possui outros riscos contingentes. As provisões constituídas representam perdas prováveis com base na avaliação da probabilidade de perda realizada pela Administração, a qual inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião de seus consultores jurídicos externos. O desfecho desses processos poderá divergir dos prognósticos esperados considerados pela Administração.

d) Taxa incremental do arrendamento

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A taxa incremental sobre o arrendamento é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental do arrendamento.

e) Valor justo do passivo de resgate

Conforme descrito na Nota 13, a Companhia é parte em contrato de opções de compra e venda com os acionistas não controladores do Hospital Santa Clara. O valor justo deste contrato envolve estimativas de receitas futuras deste hospital, além de decisão de vários donos destas opções.

f) Valor justo do contas a pagar de aquisição de empresas

A Companhia realizou o julgamento de valor justo no reconhecimento inicial das obrigações a pagar de aquisições de empresas para as taxas contratadas inferiores ao praticado no mercado. A

mensuração se baseou no fluxo de caixa das obrigações, utilizando taxas observáveis no mercado para trazer a valor presente.

g) Valor justo do *hedge accounting*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros, como contratos de *SWAP* de taxa de juros, para se proteger contra riscos da oscilação das taxas de juros. Esses instrumentos derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, remensurados ao valor justo.

Os derivativos são registrados no ativo quando o valor justo é positivo e no passivo quando negativo. Para fins de contabilização de um *hedge*, os instrumentos de proteção são classificados como:

- (i) *Hedge* de valor justo, quando destinados à proteção da exposição a alteração no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme;
- (ii) *Hedge* de fluxo de caixa, quando destinados à proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, ou ao risco de moeda estrangeira em um compromisso firme não reconhecido; ou
- (iii) *Hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior.

No início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* a qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objeto e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. As movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido estão demonstradas na Nota 21.

h) Impairment de imobilizado e intangível

Os ativos não amortizáveis relativos ao *ágio* e à *marca* são alocados à Unidade Geradora de Caixa (UGC) do Grupo, a qual é parte do único segmento operacional. O valor recuperável dessa UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos consideraram projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração e projeções internas de longo prazo. A Companhia utiliza uma taxa de desconto (WACC) e a taxa de crescimento esperada pelo setor em conformidade com estudos realizados pela Administração.

A Administração aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

i) Recuperabilidade dos impostos diferidos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

5.2. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

a) Reconhecimento de receita de serviços hospitalares

A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito, em troca de prestação de serviços para um cliente. O valor da receita líquida leva em conta a dedução dos abatimentos, descontos e impostos correspondentes e estimativa de glosas, que são comuns na prestação dos serviços hospitalares.

b) Retenção de riscos e benefícios na participação de acionistas não controladores

A Administração entende que os mesmos preservaram seu direito aos riscos e benefícios associados à sua participação no capital da entidade, apesar da celebração do contrato de opções de compra e venda das ações com os acionistas não controladores do Hospital Santa Clara Ltda. Dessa forma, sua participação foi destacada no patrimônio líquido consolidado (Nota 13).

c) Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro (IFRIC 23/ ICPC 22)

O Grupo adota certas posições fiscais na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido que acredita estarem de acordo com a legislação vigente e cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação do departamento jurídico interno da Companhia, amparada por opinião de assessores jurídicos externos, e que, portanto, provavelmente serão aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pelo Grupo, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários, o que pode resultar em as autoridades fiscais não concordarem com um ou mais destes procedimentos.

6. Gestão de risco financeiro

6.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Rede Mater Dei as expõem a diversos riscos financeiros, tais como, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia e suas controladas usam instrumentos financeiros derivativos (*swap* para fins de *hedge* de fluxo de caixa) para proteger exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela Diretoria da Rede Mater Dei, de forma que haja a identificação, avaliação e proteção contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

As descrições a seguir resumizam a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Rede Mater Dei administra sua exposição.

i) Risco cambial

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

Em 31 de dezembro de 2024, a Rede Mater Dei não possuía contratos de financiamentos em que estaria exposta ao risco cambial.

ii) Risco de taxa de juros

O principal risco de taxa de juros decorre dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo com taxas variáveis, expondo a Rede Mater Dei ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. Os principais contratos de dívida estão atrelados à taxa do CDI e TJLP e variação da inflação pelo índice do IPCA. Para os contratos em IPCA, a Companhia contratou o instrumento financeiro de *swap*, ficando exposta a variação do CDI.

iii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e valores a receber a título de indenização de acionistas vendedores em conexão com as condições de negócios, caso não tenha ocorrido retenção de caixa na transação.

A Companhia e suas controladas atuam apenas com bancos e instituições financeiras de primeira linha. A Diretoria avalia, de forma frequente, a qualidade do crédito dos clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. No caso de constatação de risco iminente de não realização desses ativos, a Rede Mater Dei reconhece uma provisão para apresentá-los a seu valor recuperável líquido.

A Administração não espera perda decorrente de inadimplência de clientes superior ao valor já provisionado conforme política da Companhia.

Impairment de ativos financeiros

Os seguintes ativos financeiros estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

- Contas a receber de clientes decorrentes de serviços hospitalares; e
- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de indenização classificados em “Outros ativos não circulantes”.

Contas a receber de clientes e ativos de contratos

Parcela significativa da receita operacional bruta da Rede Mater Dei decorre de pagamentos feitos por companhias operadoras, seguradoras, autarquias, autogestões e administradoras de planos de saúde.

A Rede Mater Dei aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes e os ativos de contratos foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. Os ativos de contratos se relacionam a atendimentos em andamento que não foram faturados e possuem essencialmente as mesmas características de riscos das contas a receber de clientes para os mesmos tipos de contratos. Portanto, a Rede Mater Dei concluiu que as taxas de perdas esperadas para as contas a receber de clientes representam uma aproximação razoável das taxas de perda para os ativos de contratos.

Para fins de cálculo de provisionamento a Rede Mater Dei controla seu contas a receber de clientes em (i) recursos de glosa, que são as glosas realizadas pelos clientes, das quais a Rede Mater Dei entra com o recurso pleiteando o recebimento, e (ii) recebíveis de clientes, que são créditos provenientes dos serviços particulares prestados aos pacientes.

No caso do provisionamento de créditos de liquidação duvidosa referente a inadimplência são feitas análises com dados históricos os quais são monitorados para definição de critério para provisionamento. Tais provisões são contabilizadas no grupo de “Outras despesas e receitas operacionais”.

iv) Risco de liquidez

A Diretoria monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Rede Mater Dei e o cumprimento de cláusulas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Controladora	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	108.484	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	195.979	712.223	528.537	498.080
Instrumentos financeiros e derivativos	4.145	7.349	9.004	3.359
Arrendamentos	73.215	75.615	157.305	1.793.345
Parcelamento de impostos	5.667	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	101.476	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	128.651	255.981	910.590	325.496
Arrendamentos	63.941	67.437	135.170	1.565.984
Parcelamento de impostos	9.006	6.976	5.823	-
Dividendos a pagar	28.418	-	-	-
Consolidado	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	131.914	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	227.161	749.598	546.391	498.080
Instrumentos financeiros e derivativos	4.145	7.349	9.004	3.359
Arrendamentos	74.050	76.352	158.646	1.803.500
Parcelamento de impostos	5.790	144	331	270
Aquisição de empresas a pagar	32.292	167.890	27.992	-
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	148.701	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	149.653	305.864	928.152	325.496
Arrendamentos	90.279	116.907	228.862	2.020.698
Parcelamento de impostos	9.144	7.122	5.940	642
Aquisição de empresas a pagar	39.163	97.363	142.898	7.345
Dividendos a pagar	36.221	-	-	-

v) Análise de sensibilidade

a) Exposição da taxa de juros

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos, financiamentos e debêntures com encargos financeiros variáveis, tais como CDI, TJLP e IPCA, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Rede Mater Dei, com cenário mais provável (cenário base), segundo avaliação efetuada pela Administração.

Para a realização da análise de sensibilidade foram utilizados como premissa de estimativas para o

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

cenário provável, os indicadores macroeconômicos estimados para 31 de dezembro de 2024, conforme divulgado pelo Banco Central do Brasil publicado em 28 de janeiro de 2025. As dívidas atreladas a taxas pós-fixadas, foram consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Rede Mater Dei estima no cenário provável as taxas anuais TJLP em 7,37%, a média do CDI em 14,38% e IPCA em 5,05%. O “Cenário possível” contempla um aumento de 25% nas taxas em questão e o “Cenário remoto” um aumento de 50%.

Controladora	Em 31 de dezembro 2024			
	Valor contábil	Cenário provável	+ 25%	+ 50%
<i>Variação da dívida</i>				
Empréstimo em TJLP (Nota 17)	50.214	50.456	51.385	52.314
Empréstimo em IPCA (Nota 17)	390.362	391.229	396.170	401.112
Debêntures em CDI (Nota 17)	915.991	936.381	970.035	1.003.688
Variação do instrumento financeiro derivativo (posição passiva) em CDI (Nota 6.2)	23.856	24.386	25.262	26.139
	1.380.423	1.402.452	1.442.852	1.483.253
<i>Variação das aplicações financeiras</i>				
CDI (Nota 8)	(668.089)	(682.961)	(707.506)	(732.052)
Exposição líquida	712.334	719.491	735.346	751.201
Variação da TJLP		242	1.171	2.101
Variação do IPCA		867	5.808	10.750
Variação do CDI		6.049	16.034	26.018
Efeito da exposição (ganho) perda		7.158	23.013	38.869

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Em 31 de dezembro 2024			
	Valor contábil	Cenário provável	+ 25%	+ 50%
<i>Variação da dívida</i>				
Empréstimo em TJLP (Nota 17)	50.214	50.456	51.385	52.314
Empréstimo em IPCA (Nota 17)	390.362	391.229	396.170	401.112
Aquisição de empresas em CDI (Nota 19)	136.092	139.121	144.121	149.121
Aquisição de empresas em IPCA (Nota 19)	59.964	60.097	60.856	61.615
Empréstimos e debêntures em CDI (Nota 17)	984.387	1.006.299	1.042.465	1.078.631
Variação do instrumento financeiro derivativo (posição passiva) em CDI (Nota 6.2)	23.856	24.386	25.262	26.139
	1.644.875	1.671.588	1.720.259	1.768.932
<i>Variação das aplicações financeiras</i>				
CDI (Nota 8)	(671.900)	(686.866)	(711.552)	(736.238)
Exposição líquida	972.975	984.722	1.008.707	1.032.694
Variação da TJLP		242	1.171	2.101
Variação do IPCA		1.000	6.701	12.401
Variação do CDI		4.457	21.814	39.171
Efeito da exposição (ganho) perda		5.699	29.686	53.673
Controladora	Em 31 de dezembro 2023			
	Valor contábil	Cenário provável	+ 25%	+ 50%
<i>Variação da dívida</i>				
Empréstimo em TJLP (Nota 17)	66.417	66.072	67.150	68.229
Empréstimo em IPCA (Nota 17)	396.397	392.948	396.631	400.315
Debêntures em CDI (Nota 17)	713.789	698.443	715.031	731.619
Variação do instrumento financeiro derivativo (posição passiva) em CDI (Nota 6.2)	(10.854)	(10.621)	(10.873)	(11.126)
	1.165.749	1.146.842	1.167.939	1.189.037
<i>Variação das aplicações financeiras</i>				
CDI (Nota 8)	(282.995)	(277.960)	(284.561)	(291.163)
Exposição líquida	882.754	868.882	883.378	897.874
Variação da TJLP		(345)	733	1.812
Variação do IPCA		(3.449)	235	3.919
Variação do CDI		(9.006)	729	10.463
Efeito da exposição (ganho) perda		(12.800)	1.697	16.194

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Em 31 de dezembro de 2023			
	Valor contábil	Cenário provável	+ 25%	+ 50%
<i>Variação da dívida</i>				
Empréstimo em TJLP (Nota 17)	66.568	66.222	67.303	68.384
Empréstimo em IPCA (Nota 17)	396.397	392.948	396.631	400.315
Aquisição de empresas em CDI (Nota 19)	153.669	150.365	153.936	157.508
Aquisição de empresas em IPCA (Nota 19)	58.040	57.535	58.075	58.614
Empréstimos e debêntures em CDI (Nota 17)	795.364	778.264	796.747	815.231
Variação do instrumento financeiro derivativo (posição passiva) em CDI (Nota 6.2)	(10.854)	(10.621)	(10.873)	(11.126)
	1.459.184	1.434.713	1.461.819	1.488.926
<i>Variação das aplicações financeiras</i>				
CDI (Nota 8)	(313.496)	(306.755)	(314.041)	(321.326)
Exposição líquida	1.145.688	1.127.958	1.147.778	1.167.600
Variação da TJLP		(346)	735	1.816
Variação do IPCA		(3.954)	270	4.493
Variação do CDI		(6.823)	7.693	22.212
Efeito da exposição (ganho) perda		(11.123)	8.698	28.521

b) *Exposição da taxa cambial*

Em 31 de dezembro de 2024, a Rede Mater Dei não possuía contratos em moeda estrangeira.

6.2. Instrumentos financeiros derivativos

a) Hedge accounting

No terceiro trimestre de 2022, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo (*Swap*) no valor de R\$268.564 para proteção da oscilação das taxas de juros do financiamento junto ao BNB, trocando IPCA + 1,0264% a.a. (considerado o bônus de adimplência) por CDI menos 4,94% a.a. Para o desembolso adicional, ocorrido em 25 de julho de 2022, no valor de R\$52.686, foi firmado contrato de *swap* complementar, trocando IPCA + 1,0264% a.a. (considerado o bônus de adimplência) por CDI menos 4,50% a.a..

Em 20 de julho de 2023, foi firmado contrato de *swap* da parcela adicional recebida em 2023 do financiamento da Companhia junto ao BNB no valor de R\$70.699, trocando IPCA + 1,0264% a.a. (considerado o bônus de adimplência) por CDI menos 4,05% a.a..

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão apresentados a seguir:

Exposição ativa e passiva:

Em 31 de dezembro 2024				
Operação	Indexação	Tipo de Hedge	Saldo ativo/ (passivo)	Ganho (perda) - Resultado
Empréstimo Bradesco (Ativo)	IPCA + 1,0264% a.a.	Hedge Accounting	204.361	-
Banco Bradesco (Passivo)	CDI - 4,94% a.a.	Hedge Accounting	(218.611)	-
Empréstimo Bradesco (Ativo)	IPCA + 1,0264% a.a.	Hedge Accounting	39.869	-
Banco Bradesco (Passivo)	CDI - 4,5% a.a.	Hedge Accounting	(43.551)	-
			(17.932)	1.412
Empréstimo Itaú (Ativo)	IPCA + 1,0264% a.a.	Hedge Accounting	53.739	-
Banco Itaú (Passivo)	CDI - 4,05% a.a.	Hedge Accounting	(59.663)	-
			(5.924)	(301)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Transações que não afetaram o fluxo de caixa

Determinadas transações não geraram efeitos de caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Recebimento reembolso de obra (compensação)	39.443	37.667	39.443	37.667
Pagamento de arrendamento (compensação)	(39.443)	(37.667)	(39.443)	(37.667)
Aquisição de imóveis a prazo	-	-	-	(8.936)
Remensuração de arrendamentos	27.835	30.042	36.175	41.895
Novo contrato de arrendamento	(73.357)	(22.831)	(73.690)	(23.186)
Recebimento das ações em decorrência da venda da CSN	153.545	-	153.545	-
Cancelamentos de ações em tesouraria	(198.430)	-	(198.430)	-
Dividendos mínimos obrigatórios provisionados	-	28.418	-	36.221

6.3. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Administração monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.352.899	1.173.080	1.422.921	1.254.865
Instrumentos financeiros derivativos	23.856	(10.854)	23.856	(10.854)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(617.103)	(202.280)	(622.581)	(227.302)
(-) Aplicações financeiras	(52.735)	(81.787)	(52.735)	(91.831)
Dívida financeira líquida	706.917	878.159	771.461	924.878
Total do patrimônio líquido	1.448.435	1.655.141	1.476.425	1.754.224
	2.155.352	2.533.300	2.247.886	2.679.102
Índice de alavancagem financeira - %	32,8	34,7	34,3	34,5

i) Cláusulas contratuais restritivas - covenants

Contratos com BNDES e BNB

Os contratos de financiamentos com as instituições financeiras BNDES e BNB, que foram firmados respectivamente para a construção das Unidades Hospitalares Betim/Contagem e da nova Unidade Salvador, possuem cláusulas restritivas quanto a (i) realização de operações societárias que envolvem cisão, fusão ou incorporação da Companhia, e (ii) locar, ceder, vender, transferir, gravar ou constituir qualquer ônus sob qualquer título os bens adquiridos por força do Projeto ora financiado e/ou dados em garantia, sem permissão prévia por parte dos bancos, sob pena de vencimento antecipado da dívida. Informamos que em 31 de dezembro de 2024, a Companhia cumpriu todos os requisitos desta e das demais cláusulas restritivas.

1ª Emissão de Debêntures

A Escritura da 1ª emissão de debêntures simples da Companhia possui cláusula restritiva financeira definida como “Índice Financeiro” o qual se não observada o cumprimento, haverá a penalidade de vencimento antecipado não automático das debêntures. O Índice Financeiro será calculado pela Companhia trimestralmente e acompanhado pelo Agente Fiduciário, com base nos 12 meses imediatamente anteriores com as informações contábeis auditadas ou revisadas da Emissora, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

O Índice Financeiro é razão entre a Dívida Líquida pelo EBITDA anualizado menor ou igual (i) a 3,5 (três inteiros e cinco décimos) até o encerramento do trimestre findo em 30 de junho de 2025 (inclusive); e (ii) a 3,00 (três inteiros) a partir do trimestre findo em 30 de setembro de 2025 (inclusive).

Em 08 de julho de 2024, foi deliberado pela Assembleia Geral de Debenturistas que os efeitos da venda da controlada CSN (vide Nota Explicativa 2) não devem impactar o cálculo do Índice Financeiro e sua apuração nos quatro trimestres subsequentes ao fechamento da operação. Ademais, a definição de EBITDA na escritura não considera impacto da imparidade de ativos.

2ª Emissão de Debêntures

A Escritura da 2ª emissão de debêntures simples da Companhia possui cláusula restritiva financeira definida como “Índice Financeiro” o qual se não observada o cumprimento, haverá a penalidade de vencimento antecipado não automático das debêntures. O Índice Financeiro será calculado pela Companhia trimestralmente e acompanhado pelo Agente Fiduciário, com base nos 12 meses imediatamente anteriores com as informações contábeis auditadas ou revisadas da Emissora, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Os efeitos da venda da Grupo Porto Dias são excluídos do cálculo do EBITDA, conforme previsto na Escritura.

Informamos que em 31 de dezembro de 2024, a Companhia cumpriu todos os requisitos desta e das demais cláusulas restritivas.

Dívida Líquida	771.461
EBITDA - 12 meses	529.889
Dívida Líquida/EBITDA	1,5
Covenant	<3,5

6.4. Estimativa do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Rede Mater Dei usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nos métodos de avaliação.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não houve transferências entre ativos e passivos financeiros, bem como não houve transferências, entre níveis

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

hierárquicos. As aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures da Rede Mater Dei estão detalhadas nas Notas 8 e 17 respectivamente e são classificados de acordo com o nível 2 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos.

	Controladora			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Ativo				
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	617.103	617.103	202.280	202.280
Contas a receber de clientes (Nota 9)	492.520	492.520	420.710	420.710
Contas a receber de obra (Nota 11)	330.859	330.859	343.285	343.285
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras (Nota 8)	52.735	52.735	81.787	81.787
Instrumentos financeiros derivativos - <i>Hedge Accounting</i> (Nota 6)	-	-	10.854	10.854
Total do ativo	1.493.217	1.493.217	1.058.916	1.058.916
Passivo				
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Fornecedores (Nota 16)	108.484	108.484	101.476	101.476
Impostos e contribuições a recolher	17.141	17.141	10.627	10.627
Parcelamento de impostos (Nota 18)	5.432	5.432	10.331	10.331
Dividendos a pagar	-	-	28.418	28.418
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	1.352.899	1.352.899	1.173.080	1.173.080
Arrendamentos (Nota 12)	736.105	736.105	634.597	634.597
Passivos financeiros ao valor justo				
Passivo de resgate (Nota 13)	-	-	347.681	347.681
Instrumentos financeiros derivativos - <i>Hedge Accounting</i> (Nota 6)	23.856	23.856	-	-
Total do Passivo	2.243.917	2.243.917	2.306.210	2.306.210
	Consolidado			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Ativo				
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	622.581	622.581	227.302	227.302
Contas a receber de clientes (Nota 9)	662.537	662.537	798.581	798.581
Contas a receber de obra (Nota 11)	330.859	330.859	343.285	343.285
Ativos de indenização (incluídos em "Outros ativos não circulantes") (Nota 20)	50.324	50.324	95.773	95.773
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras (Nota 8)	52.735	52.735	91.831	91.831
Instrumentos financeiros derivativos - <i>Hedge Accounting</i> (Nota 6)	-	-	10.854	10.854
Total do ativo	1.719.036	1.719.036	1.567.626	1.567.626
Passivo				
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Fornecedores (Nota 16)	131.914	131.914	148.701	148.701
Impostos e contribuições a recolher	23.818	23.818	37.288	37.288
Parcelamento de impostos (Nota 18)	6.266	6.266	11.339	11.339
Dividendos a pagar	-	-	36.221	36.221
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	1.422.921	1.422.921	1.254.865	1.254.865
Arrendamentos (Nota 12)	741.834	741.834	843.502	843.502
Aquisição de empresas a pagar (Nota 19)	196.056	196.056	211.709	211.709
Passivos financeiros ao valor justo				
Passivo de resgate (Nota 13)	59.860	59.860	422.171	422.171
Instrumentos financeiros derivativos - <i>Hedge Accounting</i> (Nota 6)	23.856	23.856	-	-
Total do Passivo	2.606.525	2.606.525	2.965.796	2.965.796

7. Apresentação de informações por segmentos

A Rede Mater Dei opera apenas um segmento, denominado “hospitalar”. A análise do segmento hospitalar contempla informações desagregadas por hospital sem que os mesmos se constituam em segmentos operacionais distintos. Essa análise é realizada pela Diretoria Executiva e o Conselho de Administração que são os tomadores de decisões operacionais. A Rede Mater Dei não possui receitas oriundas de clientes fora do território nacional.

8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	1.749	1.072	3.416	5.637
Aplicações financeiras	615.354	201.208	619.165	221.665
	617.103	202.280	622.581	227.302

As aplicações financeiras, classificadas como equivalentes de caixa, referem-se substancialmente a aplicações em Certificados de Depósito Bancário e fundos de investimentos com liquidez imediata. As taxas de rendimento no ano de 2024 foram de 85% a 103% do CDI (85% a 105% do CDI em 2023), sendo a menor taxa referente a operações compromissadas com liquidez diária.

b) Aplicações financeiras

A Companhia detém aplicações financeiras em fundo e CDB, mas cuja composição não se qualifica como equivalente de caixa, conforme apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fundos de investimentos	31.897	58.126	31.897	68.170
CDB - BNB (i)	20.838	23.661	20.838	23.661
	52.735	81.787	52.735	91.831

(i) CDB constituído como forma de garantia junto ao contrato de financiamento do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

As aplicações financeiras nos fundos de investimentos, têm como objetivo propiciar a valorização de suas cotas mediante a aplicação dos recursos dos cotistas, em ativos financeiros com grau de investimento como títulos públicos, debentures, CDB, letras financeiras e demais ativos de crédito privado de alta liquidez e baixo risco. Os recursos estão aplicados em fundos de investimentos diversificados. As taxas de rendimento no ano de 2024 foram de 98% a 112% do CDI (82% a 98% do CDI em 2023)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Contas a receber de clientes

Apresentamos a seguir o saldo do contas a receber de clientes e os respectivos saldo de provisões para perdas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Particulares	51.169	35.166	76.985	62.385
Convênios e seguradoras	541.145	517.928	688.347	845.630
Ativo de contrato - Receitas a faturar	158.264	65.034	220.201	163.410
	750.578	618.128	985.533	1.071.425
Provisão para glosas	(158.328)	(114.501)	(186.771)	(149.728)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(99.730)	(82.917)	(136.225)	(123.116)
	(258.058)	(197.418)	(322.996)	(272.844)
	492.520	420.710	662.537	798.581

Os valores contábeis se aproximam dos valores justos das contas a receber de clientes e demais contas a receber. O *aging* do contas a receber em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	340.262	268.519	449.483	544.217
Vencidos até 30 dias	45.410	45.912	60.359	97.699
Vencidos de 31 até 180 dias	75.974	86.232	104.139	155.683
Vencidos de 181 a 365 dias	62.998	38.630	93.671	57.973
Vencidos a mais de 365 dias	225.934	178.835	277.881	215.853
	750.578	618.128	985.533	1.071.425

A movimentação da provisão para glosas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(114.501)	(85.749)	(149.728)	(101.717)
Provisões	(139.559)	(51.584)	(187.314)	(98.237)
Reversões	95.732	22.832	145.726	50.226
Alienação Grupo Porto Dias (Nota 2)	-	-	4.545	-
Saldo final	(158.328)	(114.501)	(186.771)	(149.728)

Hospital Mater Dei S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(82.917)	(68.488)	(123.116)	(105.195)
Adições	(24.953)	(15.328)	(39.324)	(20.105)
Reversões	8.140	899	12.676	2.184
Alienação Grupo Porto Dias (Nota 2)	-	-	13.539	-
Saldo final	(99.730)	(82.917)	(136.225)	(123.116)

10. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Drogas e medicamentos	14.029	14.152	18.868	25.648
Órteses, próteses e materiais especiais	5.887	5.287	8.475	12.001
Materiais hospitalares	9.775	7.928	14.819	15.146
Materiais de manutenção	1.437	779	1.878	2.356
Material de consumo e expediente	1.925	2.258	2.959	3.933
Copa, cozinha e alimentação	806	589	1.050	1.381
Materiais de Segurança	374	271	461	405
Outros estoques	2.859	1.337	1.247	2.295
	37.092	32.601	49.757	63.165

O custo dos materiais e medicamentos reconhecido no resultado do exercício totalizou R\$413.295 (dezembro de 2023 - R\$374.597) na controladora e R\$547.158 no consolidado (dezembro de 2023 - R\$528.486), conforme apresentado na Nota 23.

11. Contas a receber de obra

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia no processo de cisão dos ativos, firmou contrato com sua controladora JSS Empreendimentos e Administração Ltda ("JSS"), se comprometendo com a finalização da execução das obras das edificações das unidades localizadas na cidade Salvador (Hospital Mater Dei Salvador e o Centro Médico Mater Dei) de acordo com as características especiais e necessárias para o desenvolvimento das suas atividades.

O Hospital Mater Dei foi exclusivamente responsável pela execução da obra, respeitando todas as normas e legislações específicas para a construção e, também em obter e apresentar à JSS todas as licenças, autorizações e alvarás referentes às obras, inclusive o atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros e o Auto de Conclusão de Obras ("Habite-se"). O Hospital Mater Dei Salvador foi inaugurado no dia 01 de maio de 2022 e o Centro Médico no dia 01 de fevereiro de 2023.

Pela execução das obras, a Companhia receberá uma contrapartida correspondente da JSS para reembolso total dos custos da obra. Conforme contrato, a JSS reembolsará a Companhia no prazo de 12 anos, sendo o mesmo prazo de cada tranche do financiamento obtida pela Companhia para a construção dos respectivos imóveis. O contrato prevê uma remuneração de 4,1% ao ano e iniciou em 02 de janeiro de 2021. O recebimento do reembolso está sendo realizado através de compensação com o saldo a pagar com o arrendamento de imóveis com a JSS.

A seguir apresentamos o saldo e a movimentação do contas a receber de obras do exercício (controladora e consolidado):

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	343.285	315.610
Adição	13.381	51.815
Remuneração	13.636	13.527
Pagamento (Compensação com Arrendamento)	(39.443)	(37.667)
Saldo final	330.859	343.285
Circulante	41.357	38.143
Não Circulante	289.502	305.142

12. Arrendamentos

A Companhia e a JSS celebraram em 31 de dezembro de 2020, contratos de locação dos imóveis das três unidades operacionais (Hospital Mater Dei Santo Agostinho, Hospital Mater Dei Contorno e Hospital Mater Dei Betim Contagem) e outros imóveis de uso administrativo, assistencial e laboratorial.

Os contratos têm duração de 30 anos, com possibilidade de renovação. Para os três imóveis das unidades operacionais o valor base do aluguel anual foi de R\$40.000. Para os demais imóveis, é cobrado o valor anual de R\$1.143 referentes aos imóveis onde trabalham parte da equipe administrativa. Os valores dos aluguéis estão sujeitos ao reajuste pela variação do IPCA, com a possibilidade de revisão dos preços a cada 5 anos para permitir ajuste à evolução dos preços praticados no mercado.

Em 1º de maio de 2022, entrou em vigor o contrato de locação da unidade hospitalar em Salvador inaugurado na mesma data. Em fevereiro de 2023, entrou em vigor o contrato de locação da unidade Centro Médico, em Salvador, inaugurado na mesma data. O valor do aluguel acordado foi escalonado por um período de 3 anos. O contrato referente a unidade Salvador iniciando em R\$5.155 no primeiro ano e a unidade Centro Médico iniciando em R\$845 no primeiro ano, atingindo R\$19.000 no terceiro ano para as duas unidades conjuntamente, corrigido anualmente pelo IPCA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A unidade de Betim/Contagem, objeto dos contratos de arrendamento, está dada em garantia aos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia com o BNDES no montante de R\$50.214 em 31 de dezembro de 2024 (em 31 de dezembro de 2023 - R\$66.417).

Em agosto de 2024, foi inaugurada a unidade Mater Dei Nova Lima cuja unidade hospitalar foi construída sob o terreno da controladora JSS e a responsabilidade da obra era, conforme contrato, do Mater Dei. Como acerto entre as partes, ficou acordado a transferência de uma parte do imóvel para a Companhia. Para as futuras benfeitorias ficou acordado que cada empresa ficará responsável dentro da sua respectiva participação no imóvel citado.

O contrato foi celebrado no dia 23 de agosto de 2024 com vigência de 30 anos. O valor do aluguel é fixo e será escalonado por um período de 4 anos. O contrato referente a esta unidade em R\$2.096 no primeiro ano, atingindo R\$8.596 no início do quarto ano, corrigido anualmente pelo IPCA.

A Companhia possui contratos de aluguéis de equipamentos que possuem prazos iguais ou menores que 12 meses. Para estes casos, a Companhia aplica a isenção do reconhecimento de arrendamento de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desses aluguéis somava o valor de R\$11.330 na Controladora e R\$16.165 no Consolidado (R\$10.968 na Controladora e R\$17.007 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023).

a) Direito de uso

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos de direito de uso				
Equipamentos hospitalares e de informática	-	-	407	1.690
Locação de imóveis	651.479	573.195	656.230	751.542
	651.479	573.195	656.637	753.232

Movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	573.195	541.459	753.232	719.828
Adição de novo contrato (i)	73.357	22.831	73.690	23.187
Remensuração de contrato	27.835	30.042	36.175	41.875
Amortização	(22.908)	(21.137)	(30.632)	(31.658)
Alienação Grupo Porto Dias (Nota 2)	-	-	(175.828)	-
Saldo final	651.479	573.195	656.637	753.232

- (i) Em 2023 refere-se ao contrato de aluguel do Centro Médico em Salvador. Em 2024 refere-se ao contrato de aluguel da unidade Mater Dei Nova Lima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Passivo de arrendamentos

Os saldos dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 são apresentados no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Menos de 1 ano	73.215	63.941	74.050	90.245
Entre 2 e 3 anos	75.615	67.437	76.352	116.261
Entre 3 e 5 anos	157.305	135.170	158.646	228.247
Mais de 5 anos	1.793.345	1.565.984	1.803.500	2.017.744
Valores não descontados	2.099.480	1.832.532	2.112.548	2.452.497
Juros embutidos	(1.363.375)	(1.197.935)	(1.370.714)	(1.608.995)
Total do passivo	736.105	634.597	741.834	843.502
Circulante	65.635	57.217	66.377	81.228
Não circulante	670.470	577.380	675.457	762.274

Movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	634.597	577.181	843.502	777.277
Adição de novo contrato	73.357	22.831	73.690	23.187
Remensuração de contrato	27.835	30.042	36.175	41.875
Juros provisionados	67.285	61.573	83.463	83.379
Juros pagos	(17.429)	(11.194)	(24.052)	(20.072)
Pagamentos	(49.540)	(45.836)	(63.890)	(62.144)
Alienação Grupo Porto Dias (Nota 2)	-	-	(207.054)	-
Saldo final	736.105	634.597	741.834	843.502

c) Estimativa das taxas de desconto

A Companhia e suas controladas estimaram a taxa de desconto para os contratos de locação de imóveis, utilizando como premissa, a taxa de juros de financiamentos para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. As taxas de desconto ao ano para imóveis foram estimadas entre 10,31% e 11,03%.

Informações adicionais

Conforme orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº02/2019, visando atender aos investidores, apresentamos os saldos comparativos com aplicação da inflação projetada e divulgada no Boletim Focus do Banco Central do Brasil publicado em 13 de janeiro de 2025, sobre o fluxo de pagamentos do passivo de arrendamento, com impacto no ativo de direito de uso, da despesa financeira e da despesa de amortização:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
	Sem inflação	Com inflação	Sem inflação	Com inflação	Sem inflação	Com inflação	Sem inflação	Com inflação
Direito de uso líquido	651.479	888.452	573.195	823.652	656.637	895.643	753.232	1.086.231
Passivo de arrendamento	736.105	940.085	634.597	882.231	741.834	947.754	843.502	1.161.024
Despesa de amortização	22.908	31.986	21.137	30.446	30.632	32.710	31.658	44.842
Despesa financeira	67.285	86.611	61.573	85.210	83.463	87.379	83.379	114.305

13. Investimentos

Controladora

O saldo dos investimentos é representado pelo percentual de participação da Companhia no patrimônio líquido das investidas e pelo ágio apurado na aquisição destes investimentos.

	31/12/2024	31/12/2023
Investimentos	799.569	934.338
Ágio na aquisição de investimentos	-	1.056.112
	799.569	1.990.450

A seguir apresentamos a movimentação de investimentos:

Controladora	RMDS	CSN	GPDMater	A3 Data	Outros	Total
Saldo 31/12/2023	703.596	1.269.089	3.080	14.650	35	1.990.450
Aporte de capital	92.258	-	-	-	-	92.258
Equivalência patrimonial e mais valia	(24.192)	31.820	-	(2.898)	-	4.730
Outros (i)	14.629	8.161	-	(1.589)	-	21.201
Alienação Grupo Porto Dias (Nota 2)	-	(1.309.070)	-	-	-	(1.309.070)
Saldo 31/12/2024	786.291	-	3.080	10.163	35	799.569

- (i) Nesta linha, apresentamos os reflexos das transações com acionistas não controladores. Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$21.201 é composto, principalmente, por: R\$226 referente ao ágio oriundo do valor pago em 0,13% do percentual de participação do HSC ocorrida em janeiro de 2024; valores referentes a perda em aportes realizados em controladas; recebimento de R\$416 referente a aporte em controladas por parte de sócios minoritários e R\$14.404 gerados da atualização do valor justo do passivo de resgate da HSC. Também houve a aquisição de 489 quotas adicionais da HSG somando 0,55% de acionistas não controladores pelo valor de R\$888 e 15.680 quotas adicionais do EMEC somando 0,36% de acionistas não controladores pelo valor de R\$260.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora	RMDS	CSN	GPDMater	A3 Data	Outros	Total
Saldo em 31/12/2022	672.766	1.235.607	3.080	-	35	1.911.488
Equivalência patrimonial	(18.391)	44.491	-	317	-	26.417
Outros	(10.908)	-	-	(437)	-	(11.345)
AFAC	101.188	-	-	-	-	101.188
Dividendos	-	(11.009)	-	(79)	-	(11.088)
Reserva de ágio especial reflexo (i)	-	-	-	(26.210)	-	(26.210)
Cisão parcial	(41.059)	-	-	41.059	-	-
Saldo em 31/12/2023	703.596	1.269.089	3.080	14.650	35	1.990.450

Principais informações das controladas na data base 31 de dezembro de 2024:

Investidas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
RMDS	1.042.162	279.081	763.081	(24.192)
	1.042.162	279.081	763.081	(24.192)

Consolidado

Movimentação e saldo dos investimentos em controladas em conjunto e coligadas:

Consolidado	Hiperbárica	A3Data	GPDMater	Centru	Outros	Total
Saldo em 31/12/2023	885	14.651	3.080	(42)	238	18.812
Dividendos	(556)	-	-	-	-	(556)
Equivalência patrimonial	507	(2.898)	-	(39)	-	(2.430)
Outros	-	(1.589)	-	-	-	(1.589)
AFAC	-	-	-	95	-	95
Saldo em 31/12/2024	836	10.164	3.080	14	238	14.332

Consolidado	Hiperbárica	A3Data	GPDMater	Centru	Outros	Total
Saldo em 31/12/2022	779	39.540	3.080	(11)	238	43.626
Dividendos	(450)	(493)	-	-	-	(943)
Reserva de ágio especial reflexo	-	(26.210)	-	-	-	(26.210)
Equivalência patrimonial e mais valia	556	2.130	-	(31)	-	2.655
Outros	-	(316)	-	-	-	(316)
Saldo em 31/12/2023	885	14.651	3.080	(42)	238	18.812

a) Passivo de resgate

Os contratos de opções de compra e venda de ações com acionistas não controladores são contabilizados com base no CPC 39 - Instrumentos Financeiros Apresentação e as variações do valor justo são contabilizadas no patrimônio líquido. Apresentamos a seguir a movimentação:

Hospital Mater Dei S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	Consolidado		
	CSN	CSN	HSC	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	311.989	311.989	66.597	378.586
Variação do valor justo	35.692	35.692	7.893	43.585
Saldo em 31 de dezembro de 2023	347.681	347.681	74.490	422.171
Variação do valor justo	16.051	16.051	(14.404)	1.647
Aquisição de cota adicional	-	-	(226)	(226)
Baixa do passivo de resgate (i)	(363.732)	(363.732)	-	(363.732)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	59.860	59.860

Grupo Porto Dias (i)

Em 30 de junho de 2024 foi realizado a baixa do saldo do passivo de resgate em decorrência da negociação da venda da controlada CSN. Em 16 de setembro de 2014 a operação de venda da controlada foi concluída.

Hospital Santa Clara

Em 01 de setembro de 2022, a Companhia e os acionistas não controladores do Hospital Santa Clara celebraram um contrato de opção de compra e venda das ações remanescentes de propriedade desses acionistas.

Durante o prazo de exercício da opção de venda das ações restantes do Hospital Santa Clara ou na ocorrência de alguma hipótese de antecipação da opção de venda, os acionistas médicos terão o direito de vender a totalidade, e não menos do que a totalidade, das ações de sua propriedade para o Mater Dei. A opção de venda poderá ser exercida pelos acionistas médicos da seguinte forma:

- (i) Durante o período compreendido entre 01 de agosto de 2025 e 31 de agosto de 2025;
- (ii) Durante o período compreendido entre 16 de fevereiro de 2026 e 31 de março de 2026.

Sendo assim, a partir de 01 de abril de 2026, o Mater Dei terá a exercer o seu direito de opção de compra. Caso o Mater Dei exerça a opção de compra, os acionistas médicos ficarão obrigados a vender, e o Mater Dei ficará obrigado a comprar, a totalidade das ações da opção de compra.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia revisou as premissas do cálculo do valor justo do contrato que considera a projeção da receita bruta operacional e dívida líquida do HSC para 2025, que resultou num ajuste do valor de justo no valor de R\$14.404. Adicionalmente, considerando que o primeiro de exercício vence no exercício de 2025, o valor do contrato de opção foi registrado no passivo circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. ImobilizadoControladora

	Controladora		
	31/12/2024		31/12/2023
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imóveis e edificações	208.201	(2.810)	205.391
Benfeitorias em imóveis	28.002	(1.451)	26.551
Equipamentos e aparelhos hospitalares	370.010	(150.740)	219.270
Móveis, utensílios e informática	56.637	(34.942)	21.695
Adiantamento a fornecedores	15.098	-	15.098
Outros	26.487	(3.628)	22.859
	704.435	(193.571)	510.864

A seguir apresentamos a movimentação do ativo mobilizado:

	31/12/2023	Aquisições	Baixa	Depreciação	Transferência (a)	31/12/2024
Imóveis e edificações (b)	-	20.811	-	(2.940)	187.520	205.391
Benfeitorias em imóveis	132.653	67.369	(79)	(960)	(172.432)	26.551
Equipamentos e aparelhos hospitalares	174.047	25.370	(1.217)	(30.234)	51.304	219.270
Móveis, utensílios e informática	19.727	5.680	(51)	(5.572)	1.911	21.695
Adiantamento a fornecedores	42.544	36.518	-	-	(63.964)	15.098
Outros	28.335	145	-	(1.282)	(4.339)	22.859
	397.306	155.893	(1.347)	(40.988)	-	510.864

	31/12/2022	Aquisições	Baixa	Depreciação	Transferência (a)	31/12/2023
Benfeitorias em imóveis	45.638	84.385	-	(307)	2.937	132.653
Equipamentos e aparelhos hospitalares	180.992	5.195	(1.757)	(26.821)	16.438	174.047
Móveis, utensílios e informática	21.432	3.522	(618)	(4.572)	(37)	19.727
Adiantamento a fornecedores	43.473	14.816	-	-	(15.745)	42.544
Outros	27.270	5.848	-	(1.190)	(3.593)	28.335
	318.805	113.766	(2.375)	(32.890)	-	397.306

- (a) As transferências são oriundas de adiantamentos realizados a fornecedores para aquisição de imobilizado. Quando o imobilizado está disponível para o uso da Rede Mater Dei, o mesmo é alocado no grupo a qual pertence.
- (b) Em agosto de 2024, foi inaugurada a unidade Mater Dei Nova Lima cuja unidade hospitalar foi construída sob o terreno da controladora JSS Empreendimentos e Administração LTDA e a responsabilidade da obra era, conforme contrato, do Mater Dei. Como acerto entre as partes, ficou acordado a transferência de uma parte do imóvel para a Companhia. Para as futuras benfeitorias ficou acordado que cada empresa ficará responsável dentro da sua respectiva participação no imóvel citado, conforme mencionado na Nota Explicativa 12.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

	Consolidado			31/12/2023
	31/12/2024			
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Terrenos	64.247	-	64.247	52.659
Imóveis e edificações	436.062	(69.857)	366.205	177.943
Benfeitorias em imóveis	44.248	(3.091)	41.157	143.164
Equipamentos e aparelhos hospitalares	510.255	(213.151)	297.104	264.003
Móveis, utensílios e informática	81.977	(51.171)	30.806	36.147
Adiantamento a fornecedores	17.442	-	17.442	54.993
Outros	29.546	(5.913)	23.633	35.685
	1.183.777	(343.183)	840.594	764.594

	Alienação		Aquisições	Baixa	Depreciação	Transferência	
	31/12/2023	Porto Dias (c)				(a)	31/12/2024
Terrenos (b)	52.659	-	1.920	-	-	9.668	64.247
Imóveis e edificações	177.943	-	23.267	(1)	(13.170)	178.166	366.205
Benfeitorias em imóveis	143.164	(130)	69.939	(79)	(2.635)	(169.102)	41.157
Equipamentos e aparelhos hospitalares	264.003	(25.258)	35.632	(4)	(41.778)	64.509	297.104
Móveis, utensílios e informática	36.147	(8.244)	10.567	(53)	(9.942)	2.331	30.806
Adiantamento a fornecedores	54.993	-	37.415	-	-	(74.966)	17.442
Outros	35.685	-	736	(2)	(2.180)	(10.606)	23.633
	764.594	(33.632)	179.476	(139)	(69.705)	-	840.594

	31/12/2022	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências (a)	31/12/2023
Terrenos	41.647	11.012	-	-	-	52.659
Imóveis e edificações	181.886	8.975	(11)	(13.598)	691	177.943
Benfeitorias em imóveis	48.508	89.948	-	(349)	5.057	143.164
Equipamentos e aparelhos hospitalares	269.925	10.587	(994)	(38.626)	23.111	264.003
Móveis, utensílios e informática	36.559	8.458	(1.061)	(8.791)	982	36.147
Adiantamento a fornecedores	53.770	23.866	-	-	(22.643)	54.993
Outros	33.716	10.556	-	(1.389)	(7.198)	35.685
	666.011	163.402	(2.066)	(62.753)	-	764.594

- (a) As transferências são oriundas de adiantamentos realizados a fornecedores para aquisição de imobilizado. Quando o imobilizado está disponível para a Rede Mater Dei, o mesmo é alocado no grupo a qual pertence.
- (b) Em agosto de 2024, foi inaugurada a unidade Mater Dei Nova Lima cuja unidade hospitalar foi construída sob o terreno da controladora JSS Empreendimentos e Administração LTDA e a responsabilidade da obra era, conforme contrato, do Mater Dei. Como acerto entre as partes, ficou acordado a transferência de uma parte do imóvel para a Companhia. Para as futuras benfeitorias ficou acordado que cada empresa ficará responsável dentro da sua respectiva participação no imóvel citado, conforme mencionado na Nota Explicativa 12.
- (c) Vide Nota Explicativa 2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Intangível

Controladora

	31/12/2023	Aquisições	Baixa	Amortização	31/12/2024
Direito de uso de software	24.444	11.163	-	(7.380)	28.227
	24.444	11.163	-	(7.380)	28.227

	31/12/2022	Aquisições	Baixa	Amortização	31/12/2023
Direito de uso de software	18.426	12.534	(60)	(6.456)	24.444
	18.426	12.534	(60)	(6.456)	24.444

Consolidado

Consolidado	31/12/2023	Alienação Grupo Porto Dias	Aquisições	Baixa	Amortização	31/12/2024
Ágio na aquisição de empresas	1.662.885	(1.058.446)	-	-	-	604.439
Marcas	161.826	(65.444)	-	-	-	96.382
Carteira de clientes	624	(624)	-	-	-	-
Direito de uso de software	27.874	(1.460)	12.045	(287)	(8.704)	29.468
	1.853.209	(1.125.974)	12.045	(287)	(8.704)	730.289

Consolidado	31/12/2022	Combinação de negócios	Aquisições	Baixa	Amortização	31/12/2023
Ágio na aquisição de empresas	1.660.552	2.333	-	-	-	1.662.885
Marcas	161.826	-	-	-	-	161.826
Carteira de clientes e outros	27	624	-	-	-	651
Direito de uso de software	21.896	-	13.602	(60)	(7.591)	27.847
	1.844.301	2.957	13.602	(60)	(7.591)	1.853.209

Ágio e mais-valia na aquisição de empresas

Apresentamos a composição do ágio e mais-valia na aquisição de empresas:

Investidas	Ágio 31/12/2024	Mais-valia 31/12/2024	Ágio 31/12/2023	Mais-valia 31/12/2023
CSN	-	-	1.056.113	65.443
HSG	138.153	28.204	138.153	28.204
HMDG	169.749	30.041	169.749	30.041
EMEC	114.042	18.110	114.042	18.110
CDI	66.305	2.104	66.305	2.104
Cardio	916	-	916	-
HSC	115.274	17.923	115.274	17.923
PDS	-	-	2.333	-
	604.439	96.382	1.662.885	161.825

Testes do ágio para verificação de necessidade de ajuste ao valor recuperável

Os ativos não amortizáveis relativos ao ágio e à marca são alocados a cada uma das unidades geradoras de caixa (UGCs): EMEC, HMDG, HSG+CDI e HSC, as quais são parte do único segmento operacional do Grupo. O valor recuperável dessas UGCs foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos consideraram projeções de fluxo de caixa conforme premissas descritas abaixo, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período descrito abaixo foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2024 foram as seguintes:

Premissas	EMEC	HMDG	HSG + CDI	HSC
Taxa de desconto ao ano (<i>pre-tax</i>)	10,8% a.a.	10,8% a.a.	10,8% a.a.	10,8% a.a.
Período de projeção	8 anos	8 anos	8 anos	8 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade	5,6% a.a.	5,6% a.a.	5,6% a.a.	5,6% a.a.
Valor testado (<i>carrying amount</i>)	229.082	301.508	393.032	181.495

Para o período de projeção utilizamos premissas baseadas em estudos para aberturas de novos hospitais e leitos, além do tempo de maturidade do negócio e perspectivas de crescimento de receita. Esses fatores justificam a utilização do período de 8 anos de projeção. Para a taxa de crescimento ao ano na perpetuidade, consideramos a taxa de crescimento utilizada no mercado hospitalar e o IPCA de longo prazo. O crescimento acima da inflação se dá pelo perfil do setor de saúde, envelhecimento da população, crescimento de beneficiários, entre outros fatores que afetam diretamente a setor de saúde.

A Companhia efetuou ainda uma análise de sensibilidade considerando um acréscimo ou uma redução de 0,5% nas taxas de desconto e na margem operacional no modelo de longo prazo e não foi identificada a necessidade de ajuste ao valor recuperável.

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Órteses, próteses e materiais especiais	51.805	49.379	61.990	59.359
Drogas e medicamentos	27.350	25.282	32.195	34.403
Material médico e hospitalar	5.100	3.943	7.505	7.992
Bens de natureza permanente	7.492	9.144	8.223	20.011
Material diagnóstico	1.425	1.201	1.617	1.327
Gêneros alimentícios	782	1.356	1.348	2.937
Prestação de serviços	9.156	4.921	12.316	10.691
Outros fornecedores	5.374	6.250	6.720	11.981
	108.484	101.476	131.914	148.701

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Instituição	Taxa a.a.	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures – 1ª Emissão (i)	CDI + 1,60%	713.229	713.789	713.229	713.789
Debêntures – 2ª Emissão (ii)	CDI + 0,95%	202.762	-	202.762	-
BNDES - Pós-fixados (iii)	TJLP + 3,18%	50.214	66.417	50.214	66.417
Banco do Nordeste (iv)	IPCA + 1,21%	390.362	396.397	390.362	396.397
Banco da Amazônia	TJLP + 6,23% a 7,94%	-	-	-	151
Banco Itaú (v)	CDI+1,9%	-	-	19.565	19.873
Banco Itaú (vi)	CDI+2%	-	-	7.762	7.785
Banco Itaú (vii)	CDI +1,7%	-	-	-	1.031
Banco do Brasil (viii)	CDI +1,35%	-	-	32.413	43.213
Banco Itaú (ix)	CDI + 2,02%	-	-	7.285	7.274
Sicoob (x)	CDI + 3,66%	-	-	1.371	2.399
Outros	-	-	-	1.626	59
		1.356.567	1.176.603	1.426.589	1.258.388
(-) Custo de transação		(3.668)	(3.523)	(3.668)	(3.523)
		1.352.899	1.173.080	1.422.921	1.254.865
Circulante		50.595	36.306	75.897	52.205
Não circulante		1.302.304	1.136.774	1.347.024	1.202.660

- (i) Em 05 de novembro de 2021 houve a 1ª emissão de debêntures da Companhia no valor de R\$700.000, com a taxa de juros de CDI + 1,60% a.a. As amortizações serão em duas parcelas iguais vincendas em 2027 e 2028, enquanto os pagamentos dos juros são semestrais.
- (ii) Em 05 de junho de 2024 ocorreu a 2ª emissão de debêntures da Companhia no valor de R\$200.000 com a taxa de juros de CDI + 0,95% a.a. As amortizações serão em duas parcelas iguais vincendas em 2030 e 2031, enquanto os pagamentos de juros são semestrais.
- (iii) Em 29 de janeiro de 2018, houve contratação de financiamento pela Companhia no valor de R\$109.030 junto ao BNDES, a taxa de juros TJLP+3,18%a.a. O financiamento termina no dia 15 de dezembro de 2027, com pagamentos de juros e amortizações mensais.
- (iv) O financiamento possui um bônus de adimplência de 0,85%, que leva a taxa de juros para IPCA +1,03%, caso não haja atraso nos pagamentos das parcelas da dívida. O vencimento deste contrato está previsto para o dia 16 de outubro de 2034.
- (v) O empréstimo junto ao banco Itaú possui vencimento no dia 22 de março de 2027. Os juros e as amortizações são anuais, sendo a primeira parcela com amortização em 2025.
- (vi) Em 21 de março de 2023, houve contratação de um empréstimo pelo HSG no valor de R\$7.500 junto ao banco Itaú, a taxa de juros CDI+2%a.a. e juros semestrais. O empréstimo será quitado no dia 20 de março de 2025.
- (vii) Em 05 de janeiro de 2023, houve contratação de um empréstimo pelo HSG junto ao Banco Itaú no valor de R\$3.000, a taxa de juros CDI+1,7% a.a. O empréstimo foi pago em quatro parcelas trimestrais, sendo a primeira em 05 de abril de 2023 e a última em 05 de janeiro de 2024.
- (viii) Em 14 de março de 2022, houve contratação de um empréstimo pelo HSG no valor de R\$43.000 junto ao Banco do Brasil, a taxa de juros CDI+1,90 % a.a. No dia 3 de junho de 2024, houve um aditamento no contrato que mudou a taxa para CDI + 1,35 a.a. Os juros são trimestrais e as amortizações anuais a partir de 2026. O empréstimo termina no dia 15 de junho de 2029.
- (ix) O empréstimo do Mater Dei Goiânia foi contratado em 2022 no valor total de R\$7.000 com taxa de CDI+2,02% a.a. O empréstimo será pago em oito parcelas trimestrais, sendo a primeira em 21 de agosto de 2023 e a última em 19 de maio de 2025.
- (x) Em 5 de abril de 2019, houve a contratação de um empréstimo pelo CDI no valor de R\$5.605 junto ao Sicoob. O empréstimo possui amortizações e juros de DI+3,66% a.a. pagos mensalmente e será quitado no dia 8 de abril de 2026.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos a seguir o cronograma de pagamento dos empréstimos sem considerarmos o custo de transação:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Menos de um ano	51.573	37.034	77.131	52.934
Dois e três anos	437.808	77.087	466.148	126.294
Quatro e cinco anos	420.434	777.735	436.559	794.413
Acima de cinco anos	446.752	284.747	446.751	284.747
	1.356.567	1.176.603	1.426.589	1.258.388
(-) Custo de transação	(3.668)	(3.523)	(3.668)	(3.523)
Total	1.352.899	1.173.080	1.422.921	1.254.865

A movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ocorreu da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	1.173.080	1.119.087	1.254.865	1.203.180
Captação	206.893	70.965	208.519	82.484
Juros passivos	126.203	126.370	134.810	138.521
Variação cambial e monetária	1.268	747	1.268	747
Pagamento de principal	(26.179)	(15.576)	(39.157)	(29.344)
Pagamento de juros	(129.175)	(129.239)	(138.193)	(141.449)
Custo de transação	809	726	809	726
Saldo final	1.352.899	1.173.080	1.422.921	1.254.865

18. Parcelamento de impostos

Os parcelamentos de impostos realizados pela Rede Mater Dei:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
COFINS (i)	3.970	8.491	3.970	8.491
PIS (i)	861	1.840	861	1.840
ICMS	601	-	601	-
ISSQN	-	-	-	7
IRPJ	-	-	767	901
INSS	-	-	67	100
	5.432	10.331	6.266	11.339
Circulante	5.432	6.438	5.617	6.644
Não circulante	-	3.893	649	4.695

- (i) Refere-se ao parcelamento de PIS e COFINS relativo ao questionamento do não recolhimento sobre o uso de medicamentos nas dependências da Companhia. O parcelamento foi firmado em 30 de setembro de 2020 a ser liquidado em 60 parcelas, com atualização pela SELIC.

Apresentamos a seguir a movimentação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	10.331	14.532	11.339	15.596
Adição	938	-	938	-
Juros provisionados	935	1.650	945	1.748
Pagamentos	(6.772)	(5.851)	(6.956)	(6.005)
Saldo final	5.432	10.331	6.266	11.339

O cronograma de pagamento dos saldos de parcelamentos e os respectivos valores nominais são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Menos de um ano	5.432	6.438	5.617	6.644
Entre um e dois anos	-	3.893	144	4.014
Acima de dois anos	-	-	505	681
Total	5.432	10.331	6.266	11.339

19. Aquisição de empresas a pagar

Apresentamos a seguir as contraprestações a pagar a valores justos referentes às aquisições de empresas:

Empresas adquiridas	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
HSG	5.478	6.499
CDI	148	1.184
HMDG	136.092	152.485
EMEC	21.588	20.616
HSC	32.750	30.925
	196.056	211.709
Circulante	38.510	36.931
Não circulante	157.546	174.778

A movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, segue conforme abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	211.709	225.026
Aquisição	651	4.576
Juros provisionados	14.719	20.192
Juros Pagos (i)	(2.572)	(1.340)
Pagamentos (i)	(28.451)	(36.745)
Saldo final	196.056	211.709

(i) O pagamento realizado no ano de 2024 refere-se à terceira parcela da aquisição da HMDG.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para contingências

Controladora

	Cíveis	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Total
Em 31 de dezembro de 2022	29.483	87.694	18.677	135.854
Adições	659	3.170	2.530	6.359
Atualizações monetárias	971	11.743	-	12.714
Baixas e reversões	(15.303)	(9.228)	-	(24.531)
Em 31 de dezembro de 2023	15.810	93.379	21.207	130.396
Adições	2.802	8.561	818	12.181
Atualizações monetárias	1.666	4.524	-	6.190
Reversão de atualização monetária	-	(14.467)	-	(14.467)
Baixas e reversões	(1.074)	(83.195)	(198)	(84.467)
Em 31 de dezembro de 2024	19.204	8.802	21.827	49.833

Consolidado

	Cíveis	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Total
Em 31 de dezembro de 2022	124.572	93.427	36.592	254.591
Saldo incorporado de controlada	-	-	20	20
Adições	8.150	7.194	2.862	18.206
Atualizações monetárias	3.407	12.106	28	15.541
Baixas e reversões	(20.381)	(12.560)	-	(32.941)
Em 31 de dezembro de 2023	115.748	100.167	39.502	255.417
Adições (i)	5.582	10.740	942	17.264
Atualizações monetárias	(328)	8.976	267	8.915
Reversão de atualização monetária	-	(17.680)	-	(17.680)
Baixas e reversões (i)	(5.117)	(87.699)	(991)	(93.807)
Alienação Grupo Porto Dias (Nota 2)	(43.478)	(3.007)	(16.412)	(62.897)
Em 31 de dezembro de 2024	72.407	11.497	23.308	107.212

- (i) Conforme mencionado no item (c), determinadas contingências são reembolsáveis pelos acionistas vendedores na aquisição de controladas. Em 2024, o valor correspondente a movimentação de contingências passivas reembolsáveis foi de R\$2.043.

a) Trabalhistas, previdenciários, cíveis e fiscais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos cíveis, trabalhistas e previdenciários e fiscais, em andamento, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada por seus assessores legais externos. O encargo de provisão é reconhecido no resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais" e as atualizações monetárias no "Resultado financeiro". A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:

Ações cíveis: as principais causas estão relacionadas a ações judiciais movidas por clientes questionando erros em procedimentos médicos realizados por médicos nas dependências da Companhia. Para eventuais processos da controladora há depósitos judiciais vinculados no valor de R\$1.168 em 31 de dezembro de 2024.

Ações trabalhistas e previdenciárias: correspondem, majoritariamente, a alegações da Receita Federal do Brasil de vínculo trabalhista de profissionais médicos que prestam serviços nas dependências dos hospitais da Companhia por meio de pessoas jurídicas. Sendo assim, a Receita Federal do Brasil emitiu notificações exigindo o recolhimento de encargos trabalhistas.

No terceiro trimestre de 2024, a Administração da Companhia em conjunto com assessores jurídicos responsáveis patronos pelas causas de naturezas previdenciárias, revisitou a estimativa de perda dessas causas perante o novo cenário jurídico a respeito de terceirização e vínculo empregatício entre empregador e pessoa jurídica contratada, após a decisão do Tema 725 de repercussão geral julgado pelo Supremo Tribunal Federal ("STF") e outras decisões regionais favoráveis ao não reconhecimento de vínculo fundamentadas pela decisão do STF.

Diante desse novo cenário, os assessores jurídicos entenderam que o risco de perda dos processos previdenciários atrelados aos profissionais médicos que prestam serviços por meio de pessoa jurídica nas dependências da Rede Mater Dei, reduziu de forma a ser considerada como perda possível. Portanto, a Administração da Companhia realizou a reversão do saldo provisionado destas causas.

Adicionalmente, a Companhia possui reclamações trabalhistas de outras naturezas. Para eventuais processos da controladora há depósitos judiciais vinculados no valor de R\$9.456 em 31 de dezembro de 2024.

Ações fiscais: a Companhia identificou riscos relativos a tratamentos tributários na esfera federal relativos ao PIS/COFINS, imposto de renda e contribuição social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Contingências possíveis

A Companhia e suas controladas tem ações de naturezas fiscal, trabalhistas e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. Com relação aos processos fiscais, a Companhia questiona na justiça a exclusão do ISSQN na base do PIS e da COFINS sobre a receita de serviços. Para estes processos, a Companhia realiza os pagamentos via depósito judicial, cujo saldo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, correspondem a R\$10.672 e R\$10.258, respectivamente.

Conforme comentado no item (a), houve mudança de prognóstico das causas previdenciárias para perda possível após a decisão do Tema 725 de repercussão geral julgado pelo Supremo Tribunal Federal ("STF") e outras decisões regionais favoráveis ao não reconhecimento de vínculo fundamentadas pela decisão do STF. Os valores estimados para as causas possíveis são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fiscais	21.513	10.258	31.662	37.416
Trabalhistas e Previdenciária	138.544	24.579	147.299	34.334
Cíveis	41.731	33.950	47.344	35.078
	201.788	68.787	226.305	106.828

c) Ativos de indenização

A Companhia registra ativos de indenização decorrentes de passivos contingentes relacionados a aquisição de controladas. Conforme estipulado em contrato, os acionistas vendedores têm a obrigação de reembolsar a Companhia por eventuais pagamentos de contingências, materializadas ou não, oriundas do período de gestão dos acionistas vendedores. Para certos contratos, a Companhia possui garantidas de pagamentos, representadas por parcelas retidas da contraprestação a pagar. Os ativos indenizáveis foram reconhecidos na rubrica de "Outros ativos não circulantes" conforme valores apresentados abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
CSN	-	46.205
HSG	21.130	18.261
EMEC	13.832	13.154
HSC	10.493	13.256
HMDG	4.869	4.897
	50.324	95.773

21. Patrimônio líquido

a) Capital subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado, no montante de R\$1.355.182 está dividido em 345.157.525 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição dos acionistas pode ser assim discriminada:

	Quantidade de ações	
	31/12/2024	31/12/2023
JSS Empreend. e Administração Ltda. - Controlador	219.287.242	219.287.242
Pessoas físicas - Controlador	54.445.880	54.103.195
Família Porto Dias (*)	-	27.272.728
Outros acionistas - Mercado	67.738.303	81.380.256
Ações em tesouraria	3.686.100	286.400
	345.157.525	382.329.821
Capital integralizado		1.355.182
(-) Gastos com emissão de ações		(54.163)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		1.301.019

(*) Em 2023, representado pelos acionistas minoritários do Grupo Porto Dias. Mediante a conclusão da venda da controlada CSN, as ações retornaram à Companhia conforme estipulado no contrato de compra e venda (vide Nota Explicativa 2). Para maiores informações sobre as ações vide abaixo no tópico (f) Ações em tesouraria.

b) Reserva de capital

Em 01 de novembro de 2021, a Companhia constituiu uma reserva de ágio no montante de R\$370.382 decorrente da diferença do valor justo da ação emitida e o valor nominal quando da emissão de ações decorrente da aquisição do controle acionário do Grupo Porto Dias. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa reserva de ágio é de R\$171.952.

No dia 31 de maio de 2023, foi realizada a cisão parcial da RMDS seguida pela incorporação do acervo líquido pela A3 Data mediante incorporação reversa, na qual a A3Data incorporou o próprio investimento da RMDS, o ágio e mais valia apurados na data da aquisição. O efeito líquido, da transação de cisão e incorporação acima descritos (vide Nota Explicativa 3), contabilizado no patrimônio líquido da Companhia em reserva de ágio especial reflexo foi no valor de R\$26.210.

c) Pagamento baseado em ações

No dia 12 de maio 2021, o Conselho da Administração de Companhia, ratificou e aprovou a outorga de 5.334.935 opções de compra de ações no âmbito do Primeiro Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia, aos beneficiários indicados pelo Conselho de Administração, bem a celebração dos contratos de outorga de ações entre a Companhia e os beneficiários selecionados.

O exercício total das opções poderá ser realizado em, no mínimo, 5 anos a contar da data de assinatura dos contratos e no máximo 7 anos, sendo a primeira tranche disponível no 3º ano. O valor justo das opções foi mensurado conforme modelo Binomial de Hull & White, utilizando-se das premissas contratuais e das estimativas aplicáveis e disponíveis no mercado.

Tranche	Data da Outorga	Período de <i>Vesting</i>	Data de vencimento	Valor justo por ação
1	08/04/2021	08/04/2024	08/04/2028	R\$7,92
2	08/04/2021	08/04/2025	08/04/2028	R\$8,55
3	08/04/2021	08/04/2026	08/04/2028	R\$9,07

O preço do exercício das opções concedidas foi de R\$13,95 por ação, corrigidos pela variação da inflação, apurada pelo IPCA, calculado pro rata die, bem como será ajustado pelo montante de dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos pagos pela Companhia, entre a data outorga e data do exercício. O primeiro *vesting* iniciou em 08 de abril de 2024 e nenhum beneficiário do programa exerceu o direito da 1ª tranche.

O reconhecimento das opções no balanço patrimonial e na demonstração de resultados da Companhia, seguiu as orientações do pronunciamento CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações. Em 31 de dezembro de 2024, o montante reconhecido no resultado e na reserva de capital foi de R\$8.323 (R\$11.704 em dezembro de 2023).

d) Ajuste de avaliação patrimonial

No ajuste de avaliação patrimonial são reconhecidas as seguintes transações: (i) valor justo do contrato de opções de compra e venda de ações do Grupo Porto Dias e do Hospital Santa Clara, conforme detalhe na Nota 13; (ii) ajuste de avaliação patrimonial reflexo oriundo de transações com acionistas não controladores; e, (iii) outros resultados abrangentes composto pelo resultado líquido do *hedge accounting* deduzido o IR e CSLL diferidos.

Em 30 de junho de 2024 foi realizado a baixa do saldo do passivo de resgate em decorrência da negociação da venda da controlada CSN. Em 16 de setembro de 2014 a operação de venda da controlada foi concluída (vide Nota 13).

O valor justo referente ao *hedge accounting* está contabilizado no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo de *hedge accounting* soma uma perda de R\$24.194 (ganho de R\$8.259 em 31 de dezembro de 2023), líquido de impostos.

e) Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Reserva para reinvestimento

A constituição da reserva para reinvestimento foi deliberada em Assembleia Geral Ordinária com a finalidade de destinar recursos para a expansão das atividades operacionais da Companhia. Em 30 de abril de 2024, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a destinação de R\$85.253 para a reserva de reinvestimentos referente ao resultado do findo em 31 de dezembro de 2023.

Reserva para retenção de lucros

A reserva para retenção de lucros pode ser retida com base no orçamento de capital previamente aprovado.

f) Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, será assegurado aos acionistas 25% do lucro líquido, ajustado conforme legislação, para distribuição e pagamentos de dividendos quando houver saldo positivo no lucro líquido do exercício. Em 2023, o saldo de 28.418 foi distribuído aos acionistas. Em 2024, não houve provisão para distribuição de dividendos devido ao prejuízo apurado no exercício.

g) Ações em tesouraria

No dia 4 de abril de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Segundo Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia, no qual poderão ser adquiridas até 9.613.168 (nove milhões, seiscentos e treze mil, cento e sessenta e oito) ações ordinárias, representativas de 2,51% (dois virgula cinquenta e um por cento) das ações totais emitidas pela Companhia e 8,85% (oito virgula oitenta e cinco por cento) das ações em circulação no mercado na data de aprovação do programa de recompra. Tal programa possui duração de até 18 meses. As ações adquiridas no âmbito do Programa de Recompra serão mantidas em tesouraria e, posteriormente, canceladas, alienadas, utilizadas para atendimento aos planos de remuneração baseados em ações da Companhia e/ou eventual aquisições em outras sociedades.

No dia 9 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o terceiro Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia, no qual poderão ser adquiridas até 22.996.645 (vinte e dois milhões, novecentas e noventa e seis mil, seiscentas e quarenta e cinco) ações ordinárias, representativas de 6,66% (seis virgula sessenta e seis por cento) das ações totais emitidas pela Companhia e 32,20% (trinta e dois virgula vinte por cento) das ações em circulação no mercado nesta data, mantendo em circulação, caso o programa seja totalizado, o mínimo de 15% (quinze por cento) de ações em circulação. As ações adquiridas devem respeitar os limites de manutenção em tesouraria de 10% (dez por cento) das ações em circulação no mercado, nos termos do Artigo 9º da Resolução CVM nº 77/22. Tal programa possui duração de até 18 meses. As ações adquiridas no âmbito do Programa de Recompra serão mantidas em tesouraria e, posteriormente, canceladas, alienadas, utilizadas para atendimento aos planos de remuneração baseados em ações

Hospital Mater Dei S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

da Companhia e/ou eventual aquisições em outras sociedades. Em 31 de dezembro de 2024, o valor médio das ações em tesouraria era de R\$4,42.

A seguir estão demonstradas as movimentações nas ações em tesouraria no exercício:

	Quantidade de ações	Valor
Em 31 de dezembro de 2023	286.400	1.962
Recompra de ações	13.299.268	59.225
Recebimento das ações pela venda da CSN (i)	27.272.728	153.545
Cancelamento de ações (ii)	(37.172.296)	(198.430)
Em 31 de dezembro de 2024	3.686.100	16.302

(i) Para mais detalhes vide a Nota Explicativa 2.

(ii) No dia 08 de julho de 2024 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o cancelamento das de 24.660.627 ações ordinárias nominativas. No dia 07 de novembro de 2024 foi aprovada em reunião do Conselho da Administração o cancelamento das de 7.345.615 ações ordinárias nominativas. No dia 06 de dezembro de 2024 foi aprovada em reunião do Conselho da Administração o cancelamento das de 5.166.054 ações ordinárias nominativas.

22. Receita de serviços hospitalares

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Convênios	1.519.612	1.389.592	2.325.779	2.314.041
Particulares	88.847	68.692	157.318	139.425
Comissões	20.483	18.334	20.895	18.557
Estacionamento	12.480	10.752	12.968	10.758
Outras receitas	-	-	58	92
Receita bruta	1.641.422	1.487.370	2.517.018	2.482.873
Glosas (i)	(71.268)	(65.151)	(126.192)	(133.943)
Total de glosas	(71.268)	(65.151)	(126.192)	(133.943)
Faturamentos cancelados	(2.873)	(2.992)	(6.676)	(5.626)
Outras deduções	(1.197)	(872)	(2.403)	(1.531)
Deduções da receita	(4.070)	(3.864)	(9.079)	(7.157)
ISSQN	(44.431)	(41.071)	(63.609)	(62.742)
PIS	(10.890)	(9.827)	(16.395)	(16.234)
COFINS	(50.258)	(45.310)	(75.647)	(74.880)
ICMS	-	-	(95)	(252)
Impostos sobre receita	(105.579)	(96.208)	(155.746)	(154.108)
Receita líquida	1.460.505	1.322.147	2.226.001	2.187.665

(i) Os valores representam a estimativa de perdas de glosas sobre as receitas com convênios e glosas acatadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Custos e despesas por natureza

i) Custo dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(259.057)	(222.324)	(448.711)	(409.441)
Alimentação e refeição	(18.026)	(17.893)	(34.969)	(38.072)
Serviços médicos	(90.989)	(74.625)	(258.070)	(252.300)
Materiais e medicamentos	(413.295)	(374.597)	(547.158)	(528.486)
Manutenção e conservação	(61.932)	(52.120)	(99.475)	(87.706)
Depreciação e amortização	(56.070)	(47.466)	(88.707)	(82.432)
Outros custos	(49.692)	(44.242)	(78.314)	(77.379)
	(949.061)	(833.267)	(1.555.404)	(1.475.816)

ii) Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(145.248)	(129.646)	(190.625)	(189.607)
Propaganda e publicidade	(2.785)	(2.451)	(3.388)	(2.705)
Depreciação e amortização	(15.206)	(13.017)	(20.334)	(19.570)
Serviços de terceiros	(44.165)	(36.565)	(61.830)	(60.587)
Outras despesas	(15.073)	(12.960)	(22.532)	(23.819)
	(222.477)	(194.639)	(298.709)	(296.288)

24. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Reversão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	72.906	16.896	74.451	16.375
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(16.813)	(14.429)	(26.648)	(17.921)
Receita de Aluguéis	1.966	1.674	3.599	3.133
Alienação de investimentos (nota 2)	(754.264)	-	(754.264)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.139)	1.575	(2.443)	3.806
Outras receitas (despesas) operacionais	(697.344)	5.716	(705.305)	5.393

25. Resultado financeiro

Resultado financeiro por natureza de transação financeira:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	39.204	29.547	40.445	31.073
Descontos financeiros	3.814	5.251	5.087	6.878
Ganho com derivativos - Swap	3.147	2.423	3.147	2.423
Variação cambial e monetária	52	16	68	139
Reversão de atualização monetária de contingências	14.467	-	17.680	-
Outras receitas financeiras (i)	21.758	17.085	23.189	18.946
	82.442	54.322	89.616	59.459
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras				
Juros provisionados (ii)	(127.138)	(128.020)	(150.474)	(160.460)
Juros contrato de arrendamento	(67.285)	(61.573)	(83.463)	(83.379)
Variação cambial e monetária passiva	(1.349)	(163)	(1.349)	(163)
Atualização monetária de contingências	(6.190)	(12.714)	(8.915)	(15.541)
Perda com derivativos - Swap	(2.036)	(9.803)	(2.036)	(9.803)
Descontos concedidos	(1.452)	(703)	(2.683)	(948)
Custo de transação	(809)	(726)	(809)	(726)
Outras despesas financeiras	(1.848)	(1.917)	(2.650)	(3.255)
	(208.107)	(215.619)	(252.379)	(274.275)
Resultado financeiro líquido	(125.665)	(161.297)	(162.763)	(214.816)

- (i) Refere-se, principalmente, a atualização monetária de contas a receber de obras no valor de R\$13.636 em 31 de dezembro de 2024 e R\$13.527 em 31 de dezembro de 2023.
- (ii) Refere-se a valores de juros com empréstimos, financiamentos, debêntures, parcelamentos de impostos e contas a pagar por aquisição de empresas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Imposto de renda e contribuição social

a) Apuração de imposto de renda e contribuição social

Segue a reconciliação da apuração do imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(529.312)	165.077	(498.610)	208.793
Alíquota de IR e CSLL	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota dos impostos	179.966	(56.126)	169.527	(70.990)
Diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	2.763	9.616	(826)	903
Incentivos fiscais (patrocínios e doações)	(187)	(110)	(237)	(140)
Ativo de prejuízo fiscal de anos anteriores constituído	-	-	-	2.170
Ativo de prejuízo fiscal não constituído	-	-	(4.104)	(2.768)
Outras diferenças permanentes	7.131	192	6.318	(3.028)
Conciliação do regime de lucro presumido	1.199	1.005	4.028	6.307
Provisão do imp. de renda e contr. social	190.872	(45.423)	174.706	(67.546)
IR e CSLL - corrente	(283)	(1.421)	(19.678)	(45.773)
IR e CSLL - diferido	191.155	(44.002)	194.384	(21.773)
	190.872	(45.423)	174.706	(67.546)

b) Composição de saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos estão representados por despesas e receitas temporárias e são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para contingências	13.591	20.861	17.495	27.405
Provisão para glosas	51.686	36.785	60.962	47.948
Provisão para devedores duvidosos	33.174	27.457	38.635	35.173
Arrendamento mercantil	29.579	21.680	29.749	32.082
Instrumentos financeiros derivativos	8.079	(4.920)	8.079	(4.920)
Prejuízo fiscal e base negativa	34.364	10.513	54.395	28.286
Pagamento baseado em ações	13.699	10.870	13.699	10.870
Amortização fiscal do ágio	-	(143.630)	-	(143.630)
Outros	608	1.546	6.915	6.075
Mais valia de ativos e reavaliação de imobilizado	-	-	(77.960)	(80.877)
Ativo (passivo), líquido	184.780	(18.838)	151.969	(41.588)
IR e CSLL ativo	184.780	-	229.929	58.127
IR e CSLL passivo	-	(18.838)	(77.960)	(99.715)

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a esses itens, pois é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que o Grupo possa utilizar os benefícios destes. A utilização dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa são limitados a 30% do lucro fiscal do exercício em que este será utilizado. Conforme as estimativas do Grupo, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal no prazo de 4 anos, no valor de R\$54.395 existente em 31 de dezembro de 2024.

Para a controlada RMDS não foi reconhecido um ativo fiscal diferido em relação ao prejuízo fiscal gerado, uma vez que não há expectativa de lucros tributáveis futuros, e também, por não haver ainda outras oportunidades de planejamento fiscal ou outras evidências que pudessem indicar sua recuperabilidade no futuro próximo. O valor do prejuízo fiscal da RMDS gerado no exercício de 2024 foi de R\$12.068, representando R\$4.103 de ativo diferido não registrado.

27. Lucro (prejuízo) por ação

Básico e diluído

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo, quando aplicável, as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Os instrumentos potenciais com efeitos diluidores foram considerados no cálculo do lucro (prejuízo) diluído, conforme descrito abaixo, ponderando-se, para as opções de ações, se o preço médio de mercado das ações ordinárias no exercício excede o preço de exercício das opções.

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) básico		
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(338.440)	119.654
Qtde. média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	374.769	382.330
Lucro (prejuízo) básico por ação - R\$ por ação	(0,90)	0,31
	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) diluído		
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(338.440)	119.654
Qtde. média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	374.769	382.330
Passivo de resgate - Contrato de opção de compra	-	21.416
Qtde. média ponderada de ações ordin. p/o Lucro (Prejuízo) diluído por ação (milhares)	374.769	403.746
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - R\$ por ação	(0,90)	0,30

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas estão descritos abaixo:

Controladora

	Parte relacionada	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Contas a receber de obra	JSS Empr. e Admin. Ltda	330.859	343.285
Dividendos a receber (i)	CSN	-	19.513
Venda de Imobilizado (i)	HMDG	585	1.485
Venda de imobilizado (i)	EMEC	971	162
Venda de imobilizado (i)	CSN	-	90
Venda de imobilizado (i)	HSG	-	372
Venda de imobilizado (i)	HSC	18	51
Passivo			
Dividendos a pagar	Acionistas	-	28.418
Arrendamentos a pagar	JSS Empr. e Admin. Ltda	736.105	634.597
Fornecedores	A3 Data Consultoria S.A.	490	-
Receitas, despesas e custos			
Contas a receber de obras	JSS Empr. e Admin. Ltda.	13.636	13.527
Arrendamentos	JSS Empr. e Admin. Ltda.	(90.193)	(82.710)
Outros (ii)	Acionistas	1.418	1.693

(i) Os valores estão apresentados na rubrica de "outros ativos circulantes".

(ii) Em 2024, o valor corresponde a remuneração paga pela gestão da holding controladora. Em 2023, também compunha o saldo os reembolsos de despesas de aluguel de custos incorridos em programa de MBA de formação de sucessores para acionistas.

Consolidado

	Parte relacionada	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Contas a receber de obra	JSS Empr. e Admin. Ltda	330.859	343.285
Passivo			
Dividendos a pagar	Acionistas	-	36.221
Arrendamentos a pagar	JSS Empr. e Admin. Ltda	736.105	634.597
Passivo de Arrendamentos a pagar	ADL Participações e Negócios S/A	-	115.986
Fornecedores	A3 Data Consultoria S.A.	490	-
Receitas, despesas e custos			
Contas a receber de obras	JSS Empr. e Admin. Ltda.	13.636	13.527
Arrendamentos	JSS Empr. e Admin. Ltda.	(90.193)	(82.710)
Arrendamentos	ADL Participações e Negócios S/A	(19.237)	(16.429)
Outros	Acionistas	1.418	1.693

As transações com partes relacionadas estão de acordo com a política de partes relacionadas da Companhia.

a) Remuneração do pessoal-chave da administração

A administração compreende os Conselheiros de Administração e os Diretores Estatutários. A remuneração paga ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários e outros benefícios de curto prazo	37.229	31.309	40.729	34.346
	37.229	31.309	40.729	34.346

29. Seguros (cobertura não auditada)

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Riscos cobertos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	Montante da cobertura		Montante da cobertura	
Patrimonial	3.057.400	2.697.400	3.671.690	3.664.790
D&O	60.000	50.000	60.000	50.000
Responsabilidade Civil Geral	3.156	1.000	3.156	3.000
Responsabilidade Civil Profissional	-	-	1.000	1.000
Seguro Garantia Judicial (i)	65.376	56.012	65.376	56.012

- (i) A Companhia contratou apólices de seguro garantia visando dar cobertura, por ordem judicial, a processos judiciais em andamento. Esse seguro tem por objetivo apenas evitar a necessidade de se proceder a depósito judicial. Caso a Companhia não logre êxito nessas ações, a mesma deverá arcar com o ônus dessas ações, não tendo cobertura quanto aos valores perdidos.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes o artigo 25, parágrafo 1.º, inciso VI, da Instrução CVM n.º 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Belo Horizonte, 19 de março de 2025.

Diretor Presidente - José Henrique Dias Salvador

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Rafael Cardoso Cordeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1.º, inciso V, da Instrução CVM n.º 480/09, os diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young auditores independentes S/S Ltda, acerca das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Belo Horizonte, 19 de março de 2025.

Diretor Presidente - José Henrique Dias Salvador

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Rafael Cardoso Cordeiro

HOSPITAL MATER DEI S.A.
CNPJ Nº 16.676.520/0001-59
NIRE 31.300.039.315

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2025**

1. **Data, hora e local:** Realizada em 17 de março de 2025, às 13h00, de forma remota através da plataforma google Meet.
2. **Convocação:** Os Conselheiros foram previamente convocados através de mensagens individuais enviadas por e-mail pela Secretária do Conselho Fiscal.
3. **Presenças:** Participaram os membros do Conselho Fiscal, os Srs. Alceu Alves da Silva, Tiago Curi Isaac e Rafaela Rocha França Dumont. Participaram como convidados: Rafael Cardoso Cordeiro (CFO e Diretor de Relações com Investidores e Finanças), Rafael Pinto Queiroz Neto (Gerente de Controladoria), Ana Carolina Faria Herold (Especialista em Governança Corporativa) e os representantes da Ernst & Young Auditores Independentes S/S (“EY”), Rogério Xavier Magalhães e Fernando Tanure.
4. **Mesa:** Presidida pelo Sr. Alceu Alves da Silva (“Presidente”) e secretariada pela Sra. Ana Carolina Faria Herold (“Secretária”), conforme indicação do Presidente.
5. **Ordem do dia:** Apreciação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (“Demonstrações Financeiras de 2024”), do relatório dos auditores independentes (Ernst & Young Global Limited) sobre as Demonstrações Financeiras de 2024 e do relatório da administração encerrado em 31 de dezembro de 2024.
6. **Deliberações:** Instalada a Reunião realizada nesta data, nos termos dos materiais disponibilizados na plataforma de governança Atlas Governance:
 - 6.1. Analisaram as ITRs relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e documentos complementares, aliado aos esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e dos referidos Auditores Independentes expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2025.
7. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal Sr. Alceu Alves Silva deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Conselheiros presentes: (i) Sr. Tiago Isaac e (ii) Rafaela Rocha França Dumont.

Belo Horizonte, 17 de março de 2025.

Mesa:

Alceu Alves Silva
Presidente da Mesa

Ana Carolina Faria Herold
Secretária

Membros do Conselho Fiscal:

Alceu Alves Silva
Presidente do Conselho Fiscal

Rafaela Rocha França Dumont
Conselheira

Tiago Curi Isaac
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia **Mater Dei**, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em **31/12/2024** e os respectivos documentos complementares.

Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de **2024**, como também com base no Relatório do Auditor Independente, sem ressalva, da EY Auditores Independentes Ltda, a ser emitido em 19/03/2025, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2025.

Belo Horizonte, 17 de março de 2025.

Alceu Alves Silva
Presidente do Conselho Fiscal

Rafaela Rocha França Dumont
Conselheira

Tiago Curi Isaac
Conselheiro

HOSPITAL MATER DEI S.A.
CNPJ nº 16.676.520/0001-59
NIRE 31.300.039.315
Companhia Aberta

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS
REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2025**

1. Data, hora e local: Realizada em 17 de março de 2025, às 16h, presencial na sede da Companhia.

2. Convocação e presença: Dispensada a convocação, nos termos do item 4.2.3 inciso V do Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Riscos Não Estatutário (“COAUDR”) da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Comitê de Auditoria e Riscos.

3. Ordem do dia: (i) apreciação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (“Demonstrações Financeiras de 2024”), do relatório dos auditores independentes (Ernst & Young Global Limited) sobre as Demonstrações Financeiras de 2024 e do relatório da administração.

4. Mesa: Presidida pelo Sr. Geraldo Sardinha Pinto Filho (“Presidente”) e secretariada pela Sra. Maria Fernanda Veloso Pires (“Secretária”), conforme indicação do Presidente.

5. Deliberações: Após a discussão sobre os assuntos constantes da Ordem do Dia, os membros do COAUDR deliberaram o que segue:

5.1. A emissão do seguinte parecer:

“O Comitê de Auditoria e Riscos Não Estatutário do Hospital Mater Dei S.A. tomou conhecimento e analisou as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (“Demonstrações Financeiras de 2024”), o relatório da Ernst & Young Global Limited (“Auditores Independentes”) e o relatório da Administração da Companhia. Com base em referida análise, e considerando as informações prestadas pelos representantes da Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, este Comitê recomenda ao Conselho de Administração que aprove as Demonstrações Financeiras de 2024, não havendo qualquer divergência entre a Administração da Companhia, os Auditores Independentes e este Comitê.”

6. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Geraldo Sardinha Pinto Filho – Presidente; e Maria Fernanda Veloso Pires – Secretária da mesa. Membros do Comitê de Auditoria e Riscos presentes: (i) Sr. Geraldo Sardinha Pinto Filho; (ii) Sra. Maria Fernanda Veloso Pires; e (iii) Sr. Sicomar Benigno de Araujo Soares.

Belo Horizonte, 17 de março de 2025.

Geraldo Sardinha Pinto Filho
Presidente da Mesa

Maria Fernanda Veloso Pires
Secretária da Mesa

Geraldo Sardinha Pinto Filho
Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos

Maria Fernanda Veloso Pires
Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

Sicomar Benigno de Araujo Soares
Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

HOSPITAL MATER DEI S.A.
CNPJ nº 16.676.520/0001-59
NIRE 31.300.039.315
Companhia Aberta

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS NÃO ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria e Riscos Não Estatutário do Hospital Mater Dei S.A. tomou conhecimento e analisou as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (“Demonstrações Financeiras de 2024”), o relatório da Ernst & Young Global Limited (“Auditores Independentes”) e o relatório da Administração da Companhia. Com base em referida análise, e considerando as informações prestadas pelos representantes da Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, este Comitê recomenda ao Conselho de Administração que aprove as Demonstrações Financeiras de 2024, não havendo qualquer divergência entre a Administração da Companhia, os Auditores Independentes e este Comitê.

Belo Horizonte, 17 de março de 2025.

Geraldo Sardinha Pinto Filho
Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos

Maria Fernanda Veloso Pires
Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

Sicomar Benigno de Araujo Soares
Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS

EXERCÍCIO SOCIAL 2024

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria e Riscos (“Comitê”), da Companhia foi instalado em 19 de março de 2021, nos moldes de comitê não estatutário, mediante eleição dos membros do Conselho de Administração. O mandato dos membros do Comitê é de 02 (dois) anos, podendo ser renovado por igual período de acordo com o Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de março de 2024.

O Comitê de Auditoria e Riscos tem como objetivo assessorar o Conselho de Administração auxiliando no controle da efetividade dos processos de auditoria interna, da auditoria externa, dos controles internos, dos mecanismos relacionados à gestão de riscos, zelando ainda pela qualidade das demonstrações financeiras e informações relacionadas e divulgadas ao mercado.

O comitê é formado por 3 membros independentes, sendo coordenado por um membro independente do Conselho de Administração e composto por dois membros externos, com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, com capacidade de interpretar relatórios gerenciais, contábeis e financeiros e não financeiros, conhecimento sobre a legislação societária e a regulação e conhecimentos sobre gerenciamento de riscos.

Nome	Função	Independente	Membro desde
Geraldo Sardinha Pinto Filho	Coordenador	Sim	Março de 2021
Maria Fernanda Pires de Carvalho Pereira	Membro externo	Sim	Março de 2021
Sicomar Benigno de Araújo Soares	Membro externo	Sim	Maior de 2023

2. ATIVIDADES E RECOMENDAÇÕES

Ao considerar o planejamento das reuniões para o ano, foi estabelecido os temas foco que direcionaram o monitoramento do comitê. Foram realizadas 13 reuniões ordinárias ao longo do ano de 2024. As atividades e recomendações foram:

- Aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e da Administração referentes ao exercício de 2023;
- Aprovar Demonstrações Financeiras e Informações Trimestrais Intermediárias do 1TRI, 2TRI e 3TRI de 2024;
- Aprovar o Plano Anual de Auditoria Interna e o respectivo Orçamento para 2024;
- Aprovar a revisão da Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos;
- Aprovar o Plano de Melhorias na gestão de riscos corporativos;
- Aprovar as atividades do Programa de Compliance 2024.

3. AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS, DA GESTÃO DE RISCOS E PROGRAMA DE COMPLIANCE

3.1 Controles internos

O comitê realizou o acompanhamento junto com auditores externos e com o time interno da Companhia, para avaliar a efetividade dos sistemas e a evolução das deficiências dos controles internos identificadas pela EY (*Ernest & Young*), durante o trabalho de auditoria do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, bem como suas remediações.

3.2 Gestão de Riscos

Em 2024, foram implementadas as adequações recomendadas pela *Protiviti*, consultoria contratada, que avaliou o modelo e a metodologia de Gestão de Riscos Corporativos utilizada pela Companhia.

3.3 Programa de Compliance

Em 2024, a área de Compliance manteve as rotinas de treinamento e comunicação do Programa, sendo priorizadas as áreas críticas da companhia como comercial e suprimentos, com os treinamentos se estendendo aos fornecedores. Além disso, foram mantidos os treinamentos introdutórios para colaboradores e membros do corpo clínico. Foi definida a construção do projeto para obtenção do Selo Pró-Ética em 2026 com base no diagnóstico apresentado, além da imediata atualização do Manual de Compliance (5ª edição).

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIA INTERNA E AUDITORIA INDEPENDENTE

Em relação a Auditoria Interna, o Comitê realizou o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela área. E como parte de seu papel de supervisão, o comitê avaliou que as atividades executadas pela auditoria interna em: a) aferir a adequação dos controles internos; (b) assegurar a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança; (c) auferir confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações para o preparo das demonstrações financeiras, fossem conduzidas de acordo com as melhores práticas. O status dos trabalhos foi apresentado em junho/24 e dezembro/24 e monitorado regularmente junto a gerência da área.

Foram realizadas reuniões periódicas com a Auditoria Externa, para entendimento do efetivo funcionamento dos trabalhos. O comitê discutiu e avaliou a eficácia, objetividade e independência do auditor e debateu os resultados desta avaliação com o Conselho de Administração. Concluiu-se pela adequação da atuação da auditoria independente, recomendando a continuidade da prestação dos serviços por mais um período.

5. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno, procederam o exame e análise das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes da EY (*Ernst & Young*) e do relatório da administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Comitê decidiu, por unanimidade, que os referidos documentos refletem, de forma adequada, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Rede, e recomendou sua aprovação pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária para deliberação pelos acionistas da Companhia.

Belo Horizonte, 19 de março de 2025.

Geraldo Sardinha Pinto Filho

Coordenador do Comitê

Maria Fernanda Pires Veloso

Membro do Comitê

Sicomar Benigno de Araújo Soares

Membro do Comitê